

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL . PGCDS  
MESTRADO ACADÊMICO

MARIA DE FÁTIMA SANTIAGO

**A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO E AS PRÁTICAS DE CONSUMO  
DE FAMÍLIAS MORADORAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.**

Recife/PE  
2016

MARIA DE FÁTIMA SANTIAGO

**A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO E AS PRÁTICAS DE CONSUMO  
DE FAMÍLIAS MORADORAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Curso de Mestrado, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.

**Orientadora:**

Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola.

**Coorientadora:**

Profa. Dra. Maria Alice Vasconcelos Rocha

Recife, PE  
2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S235o Santiago, Maria de Fátima  
A ocupação do espaço construído e as práticas de consumo  
de famílias moradoras do Programa Minha Casa Minha Vida /  
Maria de Fátima Santiago. -- 2016.  
125 f. : il.

Orientadora: Laura Susana Duque-Arrazola.  
Coorientadora: Maria Alice Vasconcelos Rocha  
Dissertação (Mestrado) . Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Consumo,  
Cotidiano e Desenvolvimento Social, Recife, 2016.  
Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Política de habitação de interesse social 2. Cotidiano  
3. Espaço construído 4. Antropometria 5. Ergonomia I. Duque-  
Arrazola, Laura Susana, orient. II. Rocha, Maria Alice Vasconcelos,  
coorient. II. Título

CDD 640

MARIA DE FÁTIMA SANTIAGO

**A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO E AS PRÁTICAS DE CONSUMO  
DE FAMÍLIAS MORADORAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.

APROVADA EM: 05 DE AGOSTO DE 2016.

**BANCA EXAMINADORA:**

Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola  
Departamento de Ciências Domésticas  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Orientadora

Profa. Dra. Kátia Medeiros de Araújo  
Departamento de Design  
Universidade Federal de Pernambuco  
Examinadora Externa

Prof. Dr. Romilson Marques Cabral  
Departamento de Administração Rural  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Examinador Interno

Profa. Dra. Giselle Nanes Correia dos Santos  
Departamento de Educação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Examinadora Externa

Dedico àqueles que sempre acreditaram em mim, me apoiaram e ajudaram: À Bruna, Flávia e Geraldo, exemplos de luta, honradez e dignidade.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois quando não se tem fé, nada se consegue. Obrigada Senhor, meu Deus, por permitir que se concretizasse essa etapa em minha vida e por me ajudar a enfrentar os obstáculos que surgiram durante a pós-graduação sonhada.

Cheguei aqui procurando superar todos os dias a minha própria vida, pois lutar é a palavra vibrante que levanta os fracos e determina os fortes. O importante é semear, produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade.

Agradecer a muitas pessoas que trilharam em minha trajetória pessoal e profissional, são muitas, e não quero esquecer de ninguém, mais caso aconteça, minhas desculpas.

Aos meus queridos pais, Nair e João Paulo (*in memoriam*).

Aos meus irmãos, José Alexandre (*in memoriam*), João Phelipe e Paulo Roberto, assim como parentes, Luiz Fernando e Marina (neto e neta), compreenderam meu distanciamento, amo muito vocês.

A Geraldo, meu esposo, pelo carinho e estímulo determinantes mesmo distante geograficamente, na construção destas páginas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arazola, com serenidade pode compartilhar seus conhecimentos e experiências essenciais na construção da pesquisa, a Profa. Dra. Maria Alice Vasconcelos Rocha, coorientadora, obrigada pelo apoio e incentivo, assim como pela confiança dedicada a mim. A Edilene Souza Pinto, pelo convívio nessa caminhada juntas na docência, e pelos puxões de orelha dados, nesses anos no DCD.

Aos/às professores/as pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, pelo carinho e dedicação, em especial, Profas. Dras. Laura Susana Duque-Arazola, Raquel Aragão Uchôa Fernandes, Joseana Maria Saraiva, Maria Alice Vasconcelos Rocha, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Neuza Maria da Silva, e Prof. Dr. Luiz Flavio Arreguy Maia Filho, Prof. Dr. Russell Parry Scott e Profa. Dra. Caroline Farias Leal Mendonça.

Aos amigos que compartilharam comigo momentos de aprendizado. Em especial ao grupo (Ana Paula Camboim, Nathilucy do Nascimento Marinho, Julia Atroch, Lucinea Lacerda, Jaqueline Ferreira, Micheline Maciel e Wanessa Lima).

Às estimadas Maria Zênia Tavares da Silva e a Michelle Cristina Rufino Maciel, para mim, fonte de incentivo, inspiração e aprendizado constantes.

Aos/às colegas da 2ª turma do mestrado, e demais colegas das turmas do mestrado, por compartilhem comigo várias experiências boas e ruins (rádio PGCDs, ansiedades da qualificação e defesa, Congressos, etc.), que foram cruciais para uma boa convivência coletiva nesses dois anos.

À secretária Ana Engracia, por sua presteza em atender as demandas acadêmicas do PGCDs.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, especialmente ao Departamento de Ciências Domésticas - DCD, nas pessoas da funcionária, Sonia Andrade (secretária coordenação DCD/UFRPE).

Às também professoras do DCD, Daisyvângela Eucrêmia da Silva Lima pelas conversas construtivas e palavras de incentivo.

Aos/às meus/minhas queridos/as alunos/as do curso de Bacharelado em Economia Doméstica, do 3º, 4º e 5º períodos dos anos 2015 e 2016, pela compreensão e cooperação, nas aulas.

Aos membros examinadores por sua participação neste processo como componentes da banca. Agradeço pelo tempo e atenção a mim dedicados.

Aos participantes do Grupo Focal respondentes, e dos entrevistados(as) dos conjuntos habitacionais, que disponibilizaram um pouco do seu tempo para viabilizar esta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos/as que direta ou indiretamente me ajudaram durante esses anos de curso e na realização desse trabalho, o meu muito obrigada.

*Esqueça os tempos de aflição, mas nunca esqueça o que eles lhe ensinaram*

Herbert Spencer Gasser



## RESUMO

A presente dissertação responde a uma temática de interesse e instigação, na minha história pessoal enquanto docente de disciplinas tais como: Estudos e Projetos Habitacionais, Espaço Habitacional e Antropometria e Ambientação, no Curso de Bacharelado Economia Doméstica, no Departamento de Ciências Domésticas, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A pesquisa foi desenvolvida a partir do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, apresenta a Política Habitacional de Interesse Social, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, relacionada ao espaço construído de moradias e as práticas de consumo de famílias, por meio de estudos de dois conjuntos habitacionais populares, um de moradias verticais, apartamentos, e outro de moradias horizontais, casas, na Região Metropolitana do Recife, um na RPA2 e outro no Município do Paulista. Os estudos revelaram que os espaços construídos das habitações de interesse social vem atendendo em parte as demandas de famílias que encontravam-se em áreas de risco, e que a sua ocupação e uso dos mobiliários e eletrodomésticos ficam comprometidos, pois muitas dessas famílias não compraram novos móveis, adaptando os que já possuem, e/ou compraram novos móveis cujas dimensões, os ambientes não comportavam, por falta supomos, da compreensão do espaço construído, que vem a ser de uma visão antropometria e ergonômica. Adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, para caracterizar-se também, como pesquisa exploratória realizada, visando uma análise crítica sobre a problemática da habitação na sociedade de consumo contemporânea. Reflexões sobre a realidade urbana brasileira, as contradições materializadas nas cidades, atreladas aos problemas gerados do mercado imobiliário, depredação ambiental, inexistência de infraestrutura, violência, transportes deficientes, os movimentos sociais, a acumulação capitalista, do Estado e dos meios de consumo. Encontraram-se moradoras(es) felizes com a aquisição da casa própria, mas ao mesmo tempo preocupadas(os) com questões referentes a problemas estruturais da edificação, da ocupação dos pequenos espaços construídos, como também da convivência entre vizinhos. Entre os resultados obtidos destaca-se a necessidade de ampliar as Políticas Sociais no que concerne as habitações para as questões relativas: as alterações do Projeto Arquitetônico original, ao Convívio Coletivo, ao Consumo de Bens e Serviços e noções de Antropometria e Ergonomia do espaço construído.

**Palavras-chave:** Política de Habitação de interesse social, Cotidiano, Espaço Construído, Antropometria; Ergonomia.

## ABSTRACT

This essay responds to a theme of interest and instigation, in my personal history while teaching of disciplines such as: studies and housing projects, Housing Space and Anthropometry and ambiance, in the course of Bachelor's degree home economics, Domestic Sciences, Department of the Universidade Federal Rural de Pernambuco. The research was developed from the graduate program in consumption, daily life and Social Development, presents the housing policies of Social interest, the program my house my life-PMCMV, related to the constructed space of housing and consumer practices of families, through studies of two popular housing estates, a vertical housing, apartments, and other horizontal and houses, in the metropolitan region of Recife, one in and one in RPA2 municipality of São Paulo. The studies revealed that the spaces of dwellings of social interest comes given in part the demands of families who were in areas of risk, and that their occupation and use of furniture and appliances are committed, because many of these families not bought new furniture, adapting those who already possess, and/or bought new furniture dimensions, the environments were not due to a lack of understanding of suppose space built, that's Anthropometry and ergonomics. Adopted a qualitative and quantitative approach, characterizing them as well as exploratory research, seeking a critical analysis on the problems of housing in contemporary consumer society. Reflections on the urban reality, contradictions in brazilian cities, linked to the problems generated in the real estate market, environmental degradation, lack of infrastructure, violence, disabled transport and social movements, capitalist accumulation, the State and the means of consumption. Thus found itself living (s) happy with the acquisition of home ownership, and at the same time worried (the) with questions regarding the structural problems of the building, the occupation of small spaces, but also of the coexistence among neighbors. Among the results highlight the need to expand the social policies with regard to housing issues: changes to the original architectural design, to Collective Living, the consumption of goods and services and concepts of Anthropometry and ergonomics of the built space.

**Keywords:**Social interest housing policy;Daily life, Built Space, Anthropometry; Ergonomics.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

APO - Análise Pós-Ocupação

BNH - Banco Nacional de Habitação

CADMUT - Cadastro Nacional de Mutuários

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CEF - Caixa Econômica Federal

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação e Obras

CF - Constituição Federal

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

COHAB - Companhias de Habitação Popular

DCD - Departamento de Ciências Domésticas

FAR - Fundo de Arrecadamento Residencial

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

HIS - Habitação de Interesse Social

INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MMR - Mesorregião Metropolitana do Recife

MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento

OGU- Orçamento Geral da União

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação

PDRE - Plano Diretor de Reforma e Aparelho do Estado

PDRE - Plano Diretor de Reforma e Aparelho do Estado

PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

RMR - Região Metropolitana do Recife

RPA2 - Região Político Administrativa II

SAC - Sistema de Amortização Constante

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEPURB - Secretaria de Política Urbana

SIACI - Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Faixas do Programa Minha Casa Minha Vida de acordo com a Renda Familiar, 2016.....	48
Quadro 2: Número de unidades habitacionais construídas em cada estado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (2016). .....	49
Quadro 3: As Regiões Político Administrativas do município do Recife.....	69
Quadro 4: Síntese de Dados sobre o Conjunto Habitacional RPA2.....	72
Quadro 5: Síntese de Dados sobre o Conjunto Habitacional de Paulista.....	80
Quadro 6: Perfil socioeconômico de moradores/as do Conjunto Habitacional do RPA2, Recife/PE .....	93
Quadro 7: Perfil socioeconômico de moradores/as do Conjunto Habitacional do Paulista, Paulista/PE .....	94

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda / Crianças do habitacional mexendo no próprio lixo .....	71
Foto 2: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio - Arruda Dentro do habitacional tem vários pequenos comércios /Lava Jato, Lanchonete, Moto taxi .....	72
Foto 3: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda Dentro do habitacional tem vários pequenos comércios /Lava Jato, Lanchonete, Moto taxi .....	72
Foto 4: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda. Acesso dos apartamentos .....	73
Foto 5: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda. Entre os edifícios e os acessos de veículos .....	73
Foto 6: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda Vista da rua para o Conjunto .....	73
Foto 7: Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda. Área de Lazer infantil e Quadra de Esportes. ....	74
Foto 8: Fachada do Conjunto Habitacional (antes da ocupação).....	81
Foto 9: Fachada das casas (depois da ocupação).....	81
Foto 10: Dificuldade para abrir as portas do guarda-roupas .....	92
Foto 11: Quarto - RPA2.....	100
Foto 12: Área de Serviço - RPA2 .....	100
Foto 13: Banheiro RPA2.....	100
Foto 14: Abertura da porta ficou comprometida pois incidiu sobre o único local disponível para se colocar a geladeira. ....	101
Foto 15: Rachaduras nas paredes .....	102
Foto 16: Parte do reboco do teto cedeu (Lajes expostas) .....	103
Foto 17: Infiltrações pela laje no teto.....	103
Foto 18: Entorno das casas no período de chuvas - alagados / doenças .....	104
Foto 19: Frente da Casa / ampliação terraço - reformada.....	104
Foto 20: Fachada Lateral LESTE Conjunto.....	105
Foto 21: Esgoto a céu aberto .....	106
Foto 22: Falta de cuidado com o entorno do Habitacional/ lixo. Carece de um trabalho social .....	107

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem da divulgação do Cartão Minha Casa Melhor.....	34
Figura 2: Evolução da Política de Habitação no Brasil.....	37
Figura 3: As fases do PMCMV.....	46
Figura 4: Localização do bairro do Arruda na cidade do Recife/Sítio da Prefeitura de Recife.....	70
Figura 5: Mapa da RPA 2 -Região Politico Administrativa II.....	70
Figura 6: Vista aérea do local do Conjunto Habitacional RPA2 no bairro do Arruda.....	71
Figura 7: Habitação às margens do rio Beberibe, - a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio Arruda.....	76
Figura 8: Habitação às margens do rio Beberibe . a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio Arruda.....	77
Figura 9: Casa de pedaços de madeira e papelão - a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda.....	77
Figura 10: Processo de demolição das antigas moradias, - a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda.....	78
Figura 11: Localização das Unidades de Esgotamento - Áreas de intervenção do Prometrópole.....	78
Figura 12: Mapa de Paulista, Pernambuco.....	79
Figura 13: Entorno do habitacional de Paulista.....	85
Figura 14: Vista aérea do local do habitacional em Paulista.....	86
Figura 15: Planta Baixa Casa com 39,57m <sup>2</sup> .....	91
Figura 16: Entrada - Acesso à escadaria do Conjunto Habitacional RPA2. A felicidade expressa nos rostos das crianças.....	98
Figura 17: Entrega das chaves a uma moradora. (Conjunto Habitacional RPA2) .....	98
Figura 18: Apartamento do Conjunto Habitacional da RPA2, antes da ocupação.....	100

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	26
<b>CAPÍTULO I: O consumo e o cotidiano</b> .....	31
<b>CAPÍTULO II: Política de Habitação no Brasil</b> .....	35
2.1. História da Política de Habitação no Brasil e em Pernambuco .....	36
2.2 Fases do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.....	45
2.3 Consumo no Mercado Imobiliário.....	49
2.4 O Direito Humano à Moradia Adequada.....	51
2.5 Habitação de Interesse Social.....	53
<b>CAPÍTULO III: Consumo e as Famílias do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV</b> .....	54
3.1. Consumo.....	55
3.2. Famílias.....	61
<b>CAPÍTULO IV: O Espaço Urbano e o Habitat de Moradias do Programa Minha Casa Minha Vida</b> .....	65
4.1. O Espaço Urbano e o Cotidiano das Famílias.....	66
4.2 Caracterização das Moradias Habitacionais da Região Metropolitana do Recife - RMR.....	69
4.2.1. O Habitacional RPA2.....	69
4.2.1.1 Caracterização da Moradia . RPA2 .....	74
4.2.1.1 Histórico do bairro do Arruda.....	75
4.2.2 O Habitacional do Paulista .....	79
4.2.2.1 Caracterização da Moradia do Habitacional do Paulista .....	80
4.2.2.2 Histórico do município de Paulista.....	81
4.2.2.2.1 Meio Ambiente.....	82
4.2.2.2.2 Economia .....	83
4.2.2.2.3 Transportes .....	84
4.2.2.2.4 Turismo .....	84
4.3 A Ocupação do Espaço Construído: Antropometria e Ergonomia.....	87
4.4. Perfil Socioeconômico das Famílias.....	93

<b>CAPITULO V: Práticas de Consumo e o Discurso de Moradoras (es) do Programa Minha Casa Minha Vida .....</b>	<b>95</b>
<i>5.1 O Sonho da casa própria: uma análise do sonho de consumo de algumas famílias do Conjunto Habitacional do Paulista .....</i>	<i>96</i>
<i>5.2 O sonho de consumo e as relações de convivência de famílias do RPA2 .</i>	<i>97</i>
<i>5.3 Análise da Ocupação do Espaço, a Antropometria e a Ergonomia.....</i>	<i>99</i>
<i>5.4 Análise das Problemáticas do Conjunto Habitacional horizontal e vertical (casas e apartamentos) .....</i>	<i>101</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>119</b>



# **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação responde a uma temática de interesse e instigação na minha história pessoal, enquanto docente de disciplinas como Estudos e Projetos Habitacionais, Espaço Habitacional e Antropometria e Ambientação, no Curso de Bacharelado em Economia Doméstica, no Departamento de Ciências Domésticas, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Tendo em vista o acima apresentado, desde que decidi fazer o Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - PGCDs/UFRPE me vinculei ao projeto de pesquisa "Questão Urbana e Habitação na Sociedade de Consumo Contemporânea" (DUQUE-ARRAZOLA, 2013-2015), vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher - NUPEM do Departamento de Ciências Domésticas - DCD da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE<sup>1</sup>. Projeto de Pesquisa do qual esse do qual participaram estudantes de graduação de Economia Doméstica no Programa de Iniciação Científica PIBIC-PIC/CNPq/UFRPE.

Ao longo dos anos como docente nas disciplinas acima já mencionadas, fui também constatando que os Programas da Política de Habitação Social vinham reduzindo consideravelmente seus espaços construídos nas habitações populares. Estudos mostram que os programas habitacionais populares nos anos 1970, 1980 e 1990 tinham uma área construída bem maior: mediam entre 57 a 60 metros quadrados (m<sup>2</sup>) de área. Hoje encontramos conjuntos habitacionais populares com área total entre 38 a 40 metros quadrados (m<sup>2</sup>).

E, me indagava sobre o que vinha acontecendo com as famílias moradoras com essa redução nas dimensões dos espaços de casas e de apartamentos? Principalmente, nos últimos anos, quando existe todo um incentivo ao consumo através de programas da política de assistência e transferência de renda, e inclusive nos Programas de Habitação Social como o Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV, facilitador da aquisição de um cartão de crédito intitulado "Minha Casa Melhor"; dando assim a opção de realizar compras de bens móveis e eletrodomésticos, para mobiliar a casa e/ou apartamento tão sonhados.

O Censo Demográfico de 2010 aponta no Brasil o déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades, o correspondente a 12,1% dos domicílios do país. Em termos absolutos, o déficit é menor nas áreas metropolitanas do que nas não

---

<sup>1</sup> Atualmente continuo vinculada ao projeto de Pesquisa "Questão Urbana e a Sociedade de Consumo Contemporânea" (2015 - 2017) NUPEM/DCD/UFRPE.

metropolitanas. A região Sudeste concentra 38% do déficit habitacional do país, o que corresponde a 2,674 milhões de unidades, mais da metade (1,495 milhões) em São Paulo. Outros 30% do déficit habitacional vem da região Nordeste, com destaque para os estados do Maranhão e da Bahia, com 421 mil e 521 mil unidades, respectivamente. A região Centro-Oeste apresenta o menor déficit habitacional do Brasil, cerca de 560 mil unidades.

O Estado de Pernambuco possui uma população de 8.796.032 milhões habitantes, especificamente na Região Metropolitana do Recife<sup>2</sup> há um déficit habitacional de 143.235 mil moradias, onde se constata 490.794 mil famílias que ainda residem em domicílios inadequados<sup>3</sup>, sendo 1.536.934 milhões habitantes no Recife e 300.611 mil habitantes no Paulista.

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estejam sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais para definir a existência de mais de um domicílio em uma mesma propriedade ou terreno são os de separação e independência, que devem ser atendidos simultaneamente. Entende-se por separação quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência entende-se quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. (IBGE, Censo 2010, 2011).

Dentro da estatística acima apresentada, o *locus* da pesquisa foi em dois conjuntos habitacionais: um conjunto habitacional vertical onde participaram 15 (quinze) famílias da RPA2 do Recife que antes residiam em palafitas; alagados e áreas ribeirinhas, e em outro conjunto habitacional horizontal, onde participaram 08 (oito) famílias da Mesorregião Metropolitana do Paulista que residiam antes em casa alugada ou de familiares.

---

<sup>2</sup> A Região Metropolitana do Recife . RMR, ou Grande Recife, compreende a 14 municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. No entanto, a pesquisa foi desenvolvida nos municípios do Recife, RPA2 e na Mesorregião Metropolitana do Paulista.

<sup>3</sup> São considerados inadequados os domicílios que não oferecem condições satisfatórias de habitabilidade.

As propagandas e publicidades do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV desde 2009, quando iniciou, mostram uma imagem das habitações populares muito interessantes no seu desenho, colorido, com aspectos mais inovadores fugindo daqueles antigos condomínios do passado, os famosos "estilos caixões", das políticas habitacionais do BNH; INOCOOP e COHAB. Mas, existem ainda projetos no estilo caixão, e aqui ressaltamos que as imagens apresentadas da Minha Casa Minha Vida realmente encantam aos olhos de quem vê. São imagens muito bem ilustradas, que reproduzem não só os estilos de vida urbanos, mas de pertencimentos sociais . de classe . enquanto família proprietária do *bem* para morar.

A sociedade contemporânea está marcada por contradições, conjunturas, crises, resultado das relações construídas e estabelecidas com o advento da sociedade capitalista. Entre essas contradições, chamamos atenção para a problemática das questões habitacionais no Brasil, em particular na Região Metropolitana do Recife, território de manguezais, e que atualmente, grande parte deles, aterrados.

Para Holz e Monteiro (2008) o rápido processo de industrialização atraiu um grande número da população para os grandes centros urbanos. Entretanto, esse cenário comprovou a inexistência de políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais.

As áreas ou territórios ocupados ilegalmente nos diferentes processos históricos migratórios, focando o Grande Recife ou ao interior da própria cidade, são expressões diretas da ausência de políticas de habitação social, assim como resultado do que José de Souza Martins (2003) chama de exclusão e/ou desigualdade social.

Considerando essa conjuntura é importante ressaltar que as políticas habitacionais propostas tem sido ineficazes, em sua maioria, devido a diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, ainda que tenha sido implementada a Constituição Federal de 1988 (HOLZ,MONTEIRO, 2008), a qual prevê a garantia à habitação enquanto direito do/a cidadão/ã. Nestes termos para falar dos desafios da moradia popular do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, apresentados nas políticas habitacionais no Brasil, nos reportamos ao Art. 182 da Constituição Federal quando aponta:

[...] política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

O desenvolvimento das funções sociais previstos na Constituição Federal Brasileira se remete claramente ao direito social à moradia. Cabe citar o Art. 6º quando reforça que são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição+ (BRASIL, 1988)

Embora desde o advento da Constituição Federal de 1988 já existisse previsão legal que resguardasse a moradia como direito social, um marco importante na execução da política habitacional no país, tal política está relacionada ao período de gestão presidencial, dos *governos Lula* do Partido dos Trabalhadores - PT, entre os anos de 2003 a 2010 e do *governo Dilma* também do Partido dos Trabalhadores - PT, nos anos de 2003 até 2016<sup>4</sup>.

A política habitacional da gestão nesse período foi marcada pela reorganização da estrutura institucional gestora da política habitacional, cujo foco baseou-se nos problemas centrais da política urbana, como a questão fundiária, que viabilizou a produção de moradias em volume expressivo, principalmente se considerarmos as décadas anteriores de baixíssimo investimento nessa área (NAIME, 2010).

Esse cenário tem limitado a efetivação dos direitos no tocante à questão habitacional no Brasil, direitos esses que se reconhece que todo/a cidadão/ã brasileiro/a têm o direito a um lugar adequado para viver, e direito humano a uma moradia, segura, confortável e digna, localizada em lugar saudável que promova a qualidade de vida dos/as moradores/as e da comunidade.

Essa perspectiva dialoga com as considerações de Luara Pacheco Trevisan et al. (2014, p.43), quando enfatiza que a "residência das famílias tende a refletir as necessidades de espaço para abrigo, descanso, higiene pessoal, elaboração e consumo de alimentos, armazenamento de bens, trabalho, lazer e entretenimento".

---

<sup>4</sup> A presidenta Dilma Rousseff (PT) foi afastada inicialmente por 180 dias do exercício da Presidência da República em 12 de maio de 2016, e definitivamente em 31 de agosto de 2016, sendo substituída pelo então vice-presidente Michel Temer (PMDB) num processo de impeachment controverso e questionável, sendo considerado um **golpe parlamentar**, por muitos.

Por outro lado, dentro da lógica da política habitacional no Brasil, ao longo dos anos foram implementados diferentes programas no sentido de atender as demandas voltadas à garantia da moradia da população brasileira. Entre as iniciativas podemos citar: Banco Nacional de Habitação . BNH, Companhia de Habitação COHAB, um nome genérico de várias companhias públicas que promoveram políticas habitacionais nos Estados e em diversas regiões do Brasil; a Companhia Estadual de Habitação e Obras de Pernambuco -CEHAB/PE.

Esses programas vieram com a proposta de possibilitar o acesso à habitação popular no Brasil entre as décadas de 1970 a1990. Abaixo apresentamos um mapa cronológico dos programas de habitação de interesse social no Brasil. Essas iniciativas se constituíram enquanto os primeiros passos para se pensar na efetivação do Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV, que surgiu em 2009.

Com o processo de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV no país, conforme afirma Júlio Shimizu (2010) o montante investido na primeira fase do programa correspondeu ao valor de R\$ 34 bilhões, o que provocou impactos reais de execução de uma política pública num país como o Brasil, sobretudo para uma discussão política, econômica e social, fornecendo assim argumentos a favor ou contrários dessa política e subsídios para seu aperfeiçoamento.

Conforme Márcia De Chiara (2011) essa conjuntura pode também ter favorecido o financiamento de 421,3 mil imóveis em 2010, ou seja, nessa política aconteceu também uma linha de crédito para imóveis usados, o que correspondeu a 39,2% mais que no ano de 2010, portanto, a perspectiva é que o crédito para compra da casa própria até 2011, com recursos da poupança teve um crescimento 51% e alcance R\$ 85 bilhões.

Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV . Recursos Fundo de Arrecadamento Residencial - FAR<sup>5</sup> é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXAECONOMICA FEDERAL, que consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda

---

<sup>5</sup> Caixa Econômica Federal. *Minha Casa Minha Vida . Recursos FAR*. Disponível: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/index.asp> Acesso: 12/06/2015.

familiar mensal de até R\$ 1.600,00. Em 2015 essa meta se expandiu e prevê novas moradias para as famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5.000,00.

Diante desse contexto também não se pode deixar de enfatizar que, para além do acesso e a possibilidade de financiamento das habitações, sobretudo as de interesse social, aliada à questão do acesso à moradia, pesquisas tem revelado que os espaços têm sido projetados em torno de 48m<sup>2</sup> aproximadamente, onde nos deparamos com as questões de espacialidade das habitações, que estão compostas por: uma sala para dois ambientes, cozinha, um banheiro e dois quartos. Esses espaços arquitetônicos das moradias de interesse social têm se apresentado notadamente reduzidos, principalmente no caso da cozinha (CAMPOS, MACEDO, AZAMBUJA, 2013).

Atrelada a essa perspectiva é importante reconhecer o direito à moradia, considerado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como um direito humano de homens e de mulheres, sem distinção alguma. Entretanto, este direito foi incluído como tal na Constituição Brasileira, apenas em 1988. Direito que a nosso ver, estabelece uma estreita relação com o espaço arquitetônico que será ocupado por uma família, numa sociedade capitalista, segundo a classe social e pertencimentos raciais, influenciada pelas relações de consumo.

Os diversos campos do conhecimento que explicam a cultura do consumo, o cotidiano, o bem-estar e o desenvolvimento social, é o que pretendemos apresentar e as várias perspectivas possíveis de tratarmos o assunto. Nos estudos da cultura do consumo, começamos a perceber sua valiosa contribuição com a nossa proposta, principalmente no que se refere às necessidades humanas que, para quem compartilha com a visão de Maslow, tais necessidades estão organizadas em prioridades e hierarquias: Necessidades Fisiológicas; Necessidades de Segurança; Necessidades Sociais; Autoestima e Auto Realização (MASLOW, 2000).

Destacamos aqui o nosso desafio quando nos deparamos com a influência da cultura na compra e usufruto dos bens (consumo) por estas famílias, visto que as pessoas compram os produtos em relação à função do bem, sua forma e significado. Os estudos nos revelam as influências sociais no comportamento do consumidor sob as regras gerais de conduta da cultura para entendermos como a cultura afeta o consumo e a compra (ENGEL, 2000).

Merece destaque falarmos sobre família, entendida por muitos/as como uma instituição-núcleo complexa, que está em permanente evolução em todas as sociedades. Apresentamos a família tendo quatro funções básicas, relevantes em relação ao comportamento do consumidor: Bem-estar econômico; Apoio emocional; Estilos de vida adequados; e Socialização dos membros da família (SCHIFFMAN; KANUK, 2000)

Dentre as funções imediatas básicas da família chamam a atenção as necessidades de segurança física, a exemplo de quem não tem onde morar e não tem com que se abrigar. Tais necessidades condicionarão o comportamento e pensamentos dos membros das famílias, sendo essas necessidades absorvidas sem satisfazê-las, dignamente, como estabelece a Constituição (BRASIL, 1988).

Dentre essas necessidades também se encontram a de segurança psíquica: temer o que lhe é desconhecido; o novo; o não familiar; a mudança, a instabilidade. Assim, é na família, ou o que a representa, o ser humano procura proteger-se de todas as maneiras possíveis de qualquer ameaça (KARSAKLIAN, 2000)

Desde este ponto de vista é a família que mais influencia no comportamento de consumo de seus membros, pois é nela onde acontece a experimentação e a transmissão de valores de consumo aos seus membros, sendo a unidade familiar o principal alvo de consumo de produtos e serviços.

Seja porque se partilhe esse ponto de vista ou dele se discorde, seja porque se relativize, já que cada membro da família mantém relações com outros grupos sociais e/ou indivíduos inseridos também na sociedade de consumo.

O estudo desta dissertação **JUSTIFICA-SE** pelas contribuições que traz com os desvelamentos que proporciona aos condicionantes da realização do **sonho da casa própria**, das famílias moradoras de habitações de programas sociais, sua ambientação e a cultura de consumo em que se encontram inseridos.

A projeção dos espaços arquitetônicos reduzidos das habitações populares e sua relação com o consumo de bens para a ocupação desses espaços habitacionais, nos provocou a necessidade de refletir sobre a política habitacional de interesse social imbricada nas relações estabelecidas pela sociedade de consumo nos dias atuais, o que torna esse cenário um campo fértil para pensar na dinâmica cotidiana das famílias que tem tido acesso à política de habitação.



Portanto, acreditamos que o presente estudo e os resultados da pesquisa desta dissertação de mestrado se tornam **importantes, relevantes**, principalmente, por ter em vista a produção de conhecimentos gerados para o Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - PGCDs, no tocante à relação entre o acesso à política de habitação e seus desdobramentos sobre a ocupação do espaço nas moradias populares; assim como as práticas de consumo influenciadas pela sociedade capitalista. A pesquisa, pelo seu caráter crítico, traz contribuições para a reflexão e desdobramentos sobre a política habitacional, motivo vigente, em consonância às demandas específicas das famílias que tiveram a oportunidade de acesso a moradias populares na Região Metropolitana do Recife.

É importante ressaltar que esse estudo visa contribuir, ainda, com o que chamamos da retroalimentação do ensino, pesquisa e a extensão, o tripé para os(as) que estão na academia, no meu caso docente do ensino superior. Contribuindo assim, tanto para discentes do curso de Bacharelado em Economia Doméstica, como para a reestruturação do citado curso, que com nova nomenclatura e formatação, se encontra em processo de transformação no Curso Bacharelado em Ciências do Consumo, no Departamento de Ciências Domésticas da UFRPE.

A partir do exposto, definimos como **PROBLEMA DE PESQUISA**, a saber: "*de que modo se reflete a cultura do consumo na ocupação dos espaços construídos por famílias moradoras de habitações de interesse social na Região Metropolitana do Recife*"?

A partir do exposto, os **OBJETIVOS** foram:

- Geral - *identificar e analisar o consumo de bens para ambientação dos espaços das moradias de familiares vinculadas à habitação de interesse social.*
- Específicos: a) Analisar a política de habitação popular na Região Metropolitana do Recife; b) Caracterizar as famílias moradoras de habitações populares vinculadas ao programa de habitação de interesse social; c) Investigar o consumo de bens e suas implicações para ambientação das moradias populares; d) Identificar às razões que levaram a compra dos bens.

## **PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa que embasa a presente dissertação é de caráter qualitativo, como explica Maria Cecília Minayo (1998). Pesquisa qualitativa, posto que aborda um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações sociais e do cotidiano das famílias que residem nessas moradias, ou seja, habitação de interesse social.

Aliada à abordagem qualitativa, a pesquisa também incorpora recursos da pesquisa quantitativa (dados secundários). A pesquisa da presente dissertação caracteriza-se, também, como pesquisa exploratória, por tratar-se das nossas primeiras aproximações investigativas, desde uma perspectiva de totalidade da temática desta dissertação. (OLIVEIRA, 2005; SEVERINO, 2007).

No primeiro momento, se fez a pesquisa bibliográfica e fichamentos sobre a temática que envolve o objeto de pesquisa. Ainda nesse momento foram realizados os primeiros contatos com o condomínio onde se realizaria a pesquisa e contatos com representantes de Blocos que compõem o condomínio. Também foram elaborados os instrumentos de pesquisa (roteiro de entrevista semiestruturadas e de observação) ver Apêndice 2.

A princípio nossa escolha foi o Conjunto Habitacional na Região RPA 2, edificação vertical, moradia populosa onde chegam a morar 320 famílias. A respeito das famílias moradoras, informaram-nos que as famílias do referido conjunto habitacional eram oriundas das margens do Rio Beberibe, onde viviam em condições precárias, em todos os sentidos, para não dizer desumanas. Neles moram famílias de diferentes rendas, e hoje existe um alto índice de inadimplência.

Devido a problemas de conflitos internos no condomínio, impossibilitando a realização complementar da pesquisa através do Grupo Focal, no citado conjunto este apenas se fez em outro Conjunto Residencial de Casas, ou seja, horizontal, já previsto para a pesquisa, esse também integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, na cidade do Paulista.

Contudo, foi possível obter informações das moradoras sobre o condomínio da RPA2 e fazer a observação direta (*em loco*) nas habitações graças aos contatos iniciais, durante as primeiras visitas ao condomínio, e às inter-relações que se foram construindo. A observação *em loco*, feita como recurso metodológico, se realizou através de 06 (seis) visitas ao conjunto habitacional. Foram levantadas informações a respeito da infraestrutura, do abastecimento de água e do esgoto; da energia

furtada e de irregularidades com a mesma (ligações clandestinas); do recolhimento do lixo; dos pequenos comércios internos e negócios ilícitos; do uso de espaços coletivos; e finalmente da organização dos espaços construídos referentes à antropometria e ergonomia no interior das habitações.

Os problemas que impediram a realização do Grupo Focal no conjunto habitacional vertical RPA2 referem-se aos conflitos entre famílias moradoras e de vizinhança (carros arranhados, depredados, roupas furtadas dos varais, entre outras), além disso, a abordagem por parte de homens moradores, pedindo a pesquisadora para dar-lhes "*um trocado*", ocorrendo até óbito de um jovem morador dentro do condomínio, no dia marcado para a realização de entrevistas e programar o grupo focal.

Apesar dos conflitos citados, como já mencionado, foi possível realizar a pesquisa, mediante levantamento (RICHARDSON, 2010) com 15 (quinze) famílias, do conjunto habitacional vertical RPA2, selecionadas a partir de indicação de uma moradora. Assim foi realizada a observação direta compreendida por Maria Marly de Oliveira (2005, p.85) como aquela ~~que~~ <sup>que</sup> pressupõe um planejamento quanto à coleta de dados. Além disso, também foram realizadas conversas informais com os/as moradores/as, os quais, todavia, não se dispuseram assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice 1). Mantendo nosso compromisso com a ética e privacidade das/dos membros das amostras não probabilísticas implementadas para a pesquisa, os nomes que aparecem, relacionados ao Condomínio do habitacional vertical RPA2 todos nomes fictícios.

No segundo momento da realização da pesquisa, além de dar continuidade à pesquisa bibliográfica, foi organizado e realizado o Grupo Focal (FLICK, 2004; MINAYO, 2009). Com os integrantes do grupo focal, em Paulista, foram assinados os Termos de Consentimento Livre Esclarecido, por cada um dos membros do grupo, cujos nomes na dissertação também são todos fictícios, conservando-se assim a privacidade desses informantes.

O diálogo, o debate, a reflexão, o falar e o ouvir permitem a aprendizagem dos sujeitos, e foram colocadas algumas falas no item 5.1. (O Sonho da Casa Própria: Sonho de Consumo). Por acreditar no potencial da interação, foi utilizada a técnica de Grupo Focal (GF), já que esta técnica, como afirma Gatti (2005), ao propiciar a exposição ampla de ideias e perspectivas, permite o surgimento de

respostas mais completas e possibilita verificar a lógica ou as representações que conduzem a respostas, que, com outros meios, poderiam ser difíceis de captar.

Os dados fundamentais utilizados na análise dessa interação partiram da transcrição das discussões do grupo. Os GF foram fundamentados especialmente nos estudos e pesquisas qualitativas de Dias (2000) e Placco (2005) que o apontam como uma técnica ideal para se entender atitudes, preferências, necessidades, sentimentos e ideias dos participantes acerca de um determinado assunto. Apoiando-se em (FLICK 2004), o grupo focal:

é uma técnica de entrevista direcionada a um grupo organizado a partir de certas características identitárias visando obter informações qualitativas. As características principais são entrevistas, o grupo pode se conhecer previamente ou não, a escolha é qualitativa, não mais de 08 participantes, com roteiro enxuto cinco perguntas no máximo não buscam consenso, mapear as falas, com regras claras, não falar ao mesmo tempo, e nenhuma opinião é mais importante. (FLICK, 2004. p. 51)

Aliado a metodologia de trabalho com o grupo focal, as famílias também responderam um questionário com perguntas fechadas (APÊNDICE 1), a fim de aprofundar as informações coletadas no grupo focal. Diferentemente das moradoras do RPA2, no Recife, com quem não foi possível ter o questionário preenchido depois do óbito do morador, conforme relatado anteriormente, as que ficaram reticentes, desconfiadas e com receio, me diziam: "*...ah não, a senhora de novo*". As/os integrantes do grupo focal no Paulista preencheram um questionário enquanto instrumento complementar da pesquisa.

No Paulista, o grupo focal foi realizado de acordo com (FLICK 2004), isto é, participaram 08 (oito) pessoas, que responderam a cinco questões.

Posteriormente a realização das entrevistas e questionário, os dados foram tabulados e iniciou-se uma primeira aproximação à análise do discurso falado, descobrindo os sentidos das falas (ORLANDI, 2010) e suas relações com os propósitos e os objetivos da pesquisa desta dissertação.

Entendemos este processo como uma primeira aproximação à complexa análise do discurso. Mesmo assim, de grande proveito, desde a perspectiva deste estudo, de chegar aos sentidos da fala, envolvendo vivências e experiências de um cotidiano de famílias moradoras de habitações de programas sociais estatais, mediante a intermediação bancária financeira ou não. Como explica Eni Orlandi (2010, p.20) *As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas*

de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós+.

Nosso estudo está estruturado do seguinte modo: **Capítulo I:** O Consumo e o Cotidiano, mostra as relações e práticas de consumo influenciadas pelos meios de comunicação de massa, fazendo com que os indivíduos sintam-se estimulados a consumir além das suas necessidades básicas, repercutindo no aumento do consumo de produtos no cotidiano das famílias; **Capítulo II:** Política de Habitação no Brasil; apresenta a História da Política Habitação no Brasil e em Pernambuco, como também o Consumo no mercado imobiliário; **Capítulo III:** Consumo e as famílias do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; apresenta a Sociedade de Consumo e a Moradia; apresenta; também, o conceito e tipo de Famílias; **Capítulo IV:** O Espaço Urbano e o Habitat de moradias do Programa Minha Casa Minha Vida; relata a influência do espaço urbano e do cotidiano das famílias; caracteriza os espaços urbanos de habitacionais da Região Metropolitana do Recife; conceituando e caracterizando moradia e habitação de interesse social; a seção traz caracterização das moradias dos dois conjuntos habitacionais pesquisados, o Conjunto Habitacional Beira Rio, Arruda, que nesta dissertação chamamos de Conjunto Habitacional RPA2 e o Conjunto Habitacional Privê Nossa Senhora do Ó, denominado Conjunto Habitacional do Paulista, por questões éticas e para preservar ainda mais a identidade dos entrevistados; e o capítulo contém, ainda, a conceituação de antropometria e de ergonomia do espaço construído; e apresenta também o Perfil socioeconômico das famílias; o **Capítulo V** trata das Práticas de consumo e o discurso de moradoras(es) do Programa Minha Casa Minha Vida; sobre O sonho da casa própria: sonho de consumo; e analisa-se a utilização dos ambientes pelas moradoras(es) baseando-se na antropometria e a ergonomia; apontando as problemáticas do conjunto habitacional; e por fim, apresenta-se as **Considerações Finais**.

## **CAPÍTULO I:**

*O consumo e o cotidiano*

Na atual sociedade capitalista ou também concebida como sociedade de consumo<sup>6</sup> e do espetáculo, entre outras denominações, ao discutir sobre as questões que envolvem as políticas habitacionais, não se pode desconsiderar a influência dos aspectos econômicos, políticos e sociais. Outro aspecto a destacar é o acesso da população de contextos populares às políticas públicas de maneira geral e, em especial, às políticas de habitação, que venham contribuir para erradicar as desigualdades sociais existentes em países em processo de desenvolvimento, como é o caso Brasil.

Considerando esse ponto de vista, cabe refletir sobre a proposta desenvolvimentista adotada pelo Brasil ao longo das décadas. Nesse processo, se faz pertinente ressaltar que essa expectativa de desenvolvimento com foco no crescimento econômico como apontam Brum (2000) e Furtado (2009) não contribuiu para resolver e/ou minimizar a problemática das desigualdades sociais existentes. Para Martins (2003; 2009) esse modelo de desenvolvimento com base no crescimento econômico, não tem promovido desenvolvimento social, o qual é compreendido por este autor, como uma distribuição equitativa de benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir.

Atrelada a essa discussão estão às relações estabelecidas e construídas pelas práticas de consumo da classe trabalhadora (composta por homens e mulheres que vendem sua força de trabalho como mercadoria). Essa população tem sido constantemente influenciada pelos meios de comunicação de massa, fazendo com que os indivíduos se sintam estimulados a consumir além das suas necessidades básicas, o que repercute no aumento do consumo de produtos supérfluos (BARBOSA, 2004).

Essa conjuntura é vivenciada no cotidiano<sup>7</sup> das famílias, e nesse caso fazemos recorte àquelas que tiveram acesso a Programas de Políticas Habitacionais do Governo Federal, a exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV, o qual tem possibilitado o acesso à moradia própria, e facilitado a compra de mobiliários, eletrodomésticos, entre outros. Essa realidade nos remete a pensar em duas questões: a forma de ocupação do espaço construído (arranjo físico) atrelado

---

<sup>6</sup> Termo usado por Livia Barbosa (2004) para se referir à sociedade contemporânea.

<sup>7</sup> A grosso modo o cotidiano é a vida de todos os dias, os quais são influenciados pelas relações construídas na sociedade de consumo (CARVALHO; NETTO, 2011).



às dimensões espaciais mínimas que as habitações populares oferecem; e a oferta de bens disponíveis no mercado, considerando suas dimensões e o desempenho ergonômico das atividades realizadas no espaço habitacional construído.

Tendo em vista que a pesquisa mostra como está "A ocupação do espaço construído e as práticas de consumo de famílias moradoras do Programa Minha Casa Minha Vida", apresento aqui o Programa "Minha Casa Melhor" que foi lançado em junho de 2013 e proporcionava uns empréstimos em condições especiais para a compra de eletrodomésticos, eletrônicos e móveis para os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, onde o governo esperava atender 3,7 milhões de famílias. Felizmente ou infelizmente, o Programa teve morte prematura, que durou um ano e meio, e as contratações foram suspensas.

Dados informam que 640 mil famílias receberam o cartão que podia financiar até o limite de R\$ 5 mil em produtos determinados pelo governo, como geladeira, fogão, lavadora de roupas, TV digital, guarda-roupa, cama, mesa com cadeiras, Micro-ondas, Tablet e sofá. O prazo de pagamento previsto para o empréstimo seria de dois anos (CAIXA ECONÔMICA, 2015).

Um ponto a ser ressaltado pelos críticos do programa, dentro do próprio governo, é o elevado calote. A Caixa não divulgou os índices de inadimplência dessa linha específica de crédito, mas o Estado estima que o calote médio não ultrapassa 10% (CAIXA ECONÔMICA, 2015).

Outro ponto relevante, foi a propaganda/publicidade muito forte, via mídia, feita pela Caixa Econômica Federal, que incentivava o uso do "Cartão" (para beneficiados do PMCMV, para compra de mobiliários e eletrodomésticos) usando até a imagem da atriz televisiva Regina Casé, veiculada junto ao slogan: Quem é que não viu?

**Figura2:** Imagem da divulgação do Cartão Minha Casa Melhor



Fonte: Site da Caixa Econômica Federal - CEF

A propaganda/publicidade afirmava:

*"Sua casa já está pronta e com as prestações do Minha Casa Minha Vida em dia? Basta ligar gratuitamente e pedir o seu cartão. Simples assim. Você pode solicitar até R\$ 5.000,00 de crédito, mas é importante pegar só o que você puder pagar. Você também pode pedir o seu cartão em uma agência da Caixa. Aproveite! Você tem até 12 meses para utilizar o cartão. Escolha seus produtos, pague o preço à vista, mas lembre-se de negociar sempre."*

Com o cartão "Minha Casa Melhor", as famílias têm até R\$ 5 mil de crédito para comprar móveis e eletrodomésticos e pagar em até 48 meses. Foram autorizadas mais de 13 mil lojas participantes, onde se poderia comprar 14 tipos de móveis e eletrodomésticos para mobiliar e equipar casa nova. Podemos aqui perceber e observar o incentivo ao consumo através da propaganda onde a família tem 14(quatorze) itens apresentados para aquisição; são eles: guarda-roupa (solteiro e casal), 4(quatro) tipos de cama com ou sem colchão de (solteiro e casal), vários tipos de mesa e cadeiras, sofás, estante e/ou rack, móveis para cozinha, geladeira, fogão de (quatro e seis bocas), micro-ondas, máquina de lavar roupas, TV digital, Computador/Notebook (com acesso à internet) e Tablet 7".

## **CAPÍTULO II:**

*Política de Habitação no Brasil*

### 2.1. História da Política de Habitação no Brasil e em Pernambuco

Para Holz e Monteiro (2008) o rápido processo de industrialização atraiu um grande número da população para os grandes centros urbanos. Entretanto, esse cenário comprovou a inexistência de políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais. As áreas ocupadas ilegalmente são expressões diretas da ausência de políticas de habitação social, assim como resultado do que Martins (2009) chama de exclusão e/ou desigualdade social.

Considerando essa conjuntura é importante ressaltar que as políticas habitacionais propostas foram ineficazes, em sua maioria, devido a diversos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, ainda que a questão tenha sido colocada na Constituição Federal de 1988 (HOLZ e MONTEIRO, 2008), a qual prevê a garantia à habitação enquanto direito do/a cidadão/ã. Nestes termos, para falar dos desafios da moradia popular do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, apresentados nas políticas habitacionais no Brasil, nos reportamos ao Art. 182 da Constituição Federal - CF quando aponta:

[...] política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988).

O desenvolvimento das funções sociais previstos na Constituição Federal - CF de 1988 se remete claramente ao direito social à moradia. Cabe citar o Art. 6º quando reforça que são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição+(BRASIL, 1988)

Embora desde o advento da Constituição Federal de 1988 já existisse previsão legal que resguardasse a moradia como direito social, um marco importante na execução da política habitacional no país está relacionado ao período de gestão presidencial, entre os anos de 2003 a 2010. A política habitacional da gestão nesse período foi marcada pela reorganização da estrutura institucional gestora da política habitacional, cujo foco baseou-se nos problemas centrais da política urbana, como a questão fundiária, que viabilizou a produção de moradias em volume expressivo,

principalmente se considerarmos as décadas anteriores de baixíssimo investimento nessa área (NAIME, 2010).

A efetivação dos direitos no tocante à questão habitacional no Brasil, direitos se reconhece que todos/as cidadãos/ãs brasileiros/as têm o direito a um lugar adequado para viver e direito humano a uma moradia, segura, confortável e digna, localizada em lugar saudável que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade. Essa perspectiva dialoga com as considerações de Luara Pacheco Trevisan et al. (2014, p.43) quando a autora enfatiza que a "residência das famílias tende a refletir as necessidades de espaço para abrigo, descanso, higiene pessoal, elaboração e consumo de alimentos, armazenamento de bens, trabalho, lazer e entretenimento".

Por outro lado, dentro da lógica da política habitacional no Brasil, ao longo dos anos foram implementados diferentes programas no sentido de atender às demandas voltadas à garantia da moradia da população brasileira. Entre as iniciativas podemos citar: Banco Nacional de Habitação . BNH, Companhia de Habitação - COHAB, um nome genérico de várias companhias públicas que promoveram políticas habitacionais nos Estados e em diversas regiões do Brasil; a Companhia Estadual de Habitação e Obras de Pernambuco - CEHAB/PE.

Esses programas vieram com a proposta de possibilitar o acesso à habitação popular no Brasil entre as décadas de 1970 a 1990. Essas iniciativas se constituíram enquanto os primeiros passos para se pensar na efetivação do Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV, que surgiu em 2009, como pode ser visualizado na Figura 2, abaixo.



Fonte: Autoria própria

Com o processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV no país, conforme afirma Júlio Shimizu (2010) o montante investido na primeira fase de implementação do programa correspondeu ao valor de R\$ 34 bilhões, o que provocou impactos reais de execução de uma política pública num país como o Brasil, sobretudo para uma discussão política, econômica e social, fornecendo assim argumentos a favor e também contrários à implantação dessa política, assim como subsídios para seu aperfeiçoamento.

Conforme Márcia De Chiara (2011) essa conjuntura pode também ter favorecido o financiamento de 421,3 mil imóveis em 2010, ou seja, o que corresponde a 39,2% mais que no ano de 2009. Portanto, a perspectiva é que o crédito para compra da casa própria se estenda até 2011.

O Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV . Recursos Fundo de Arrecadamento Residencial - FAR<sup>8</sup> é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pelo Banco Caixa Econômica Federal, que consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados.

Atrelada a essa perspectiva é importante reconhecer que o direito à moradia estabelece uma estreita relação com o espaço arquitetônico que será ocupado numa sociedade capitalista e essa relação é influenciada pelas relações de consumo, e os diversos campos do conhecimento que explicam a cultura do consumo, o cotidiano, o bem-estar e o desenvolvimento social.

A questão urbana, no seu interior, a questão habitacional é um dos grandes desafios colocados para o Estado. É fato que a questão da habitação voltada para os extratos mais empobrecidos das classes subalternas integra as preocupações dos governos brasileiros desde a época imperial. Ao longo deste período, mais de um século, registram-se ações governamentais em seus diversos níveis de atuação, com diferentes graus de intensidade e amplitude e que perseguem as mais variadas soluções.

No entanto, neste mesmo período, verifica-se o agravamento da questão relativa à habitação para esses mesmos segmentos, atestando que os esforços

---

<sup>8</sup> Caixa Econômica Federal. *Minha Casa Minha Vida . Recursos FAR*. Disponível: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/index.asp> Acesso: 12/06/2015.

realizados não foram suficientes para enfrentá-los. A história vem demonstrando a existência de estreita conexão entre migração, crescimento urbano e industrial e formas de intervenção do Estado no encaminhamento da questão habitacional destinada aos referidos extratos. Percebe-se ainda que as mais graves crises de escassez da habitação popular têm coincidido com os períodos de implantação de novas indústrias nos centros urbanos de todo o país.

Ao longo do século XX, desestimulados a permanecerem no meio rural pelas condições adversas de distribuição da posse da terra e atraídas pelas ofertas de emprego fácil nos centros urbanos, populações se deslocam do campo para as cidades, ampliando a taxa populacional desse aglomerado urbano com relação ao total de habitantes do país (RIBEIRO, 2007).

Com o atual modelo capitalista de globalização da economia, e ideário neoliberal regendo a política governamental, a questão urbana vem se agravando drasticamente, e com ela a questão habitacional, principalmente aquela referenciada aos extratos mais empobrecidos.

A partir dessas considerações, nossa pesquisa propõe-se refletir sobre a política habitacional voltada para os extratos mais empobrecidos das classes subalternas, em tempos de globalização e ideário neoliberal.

No início da industrialização, nos anos 1930, as empresas resolveram em parte o problema de moradia da mão de obra através da construção de vilas operárias, próxima às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos operários.

Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitação popular. Terrenos, destinados às vilas operárias, começam a valorizar e, com a aceleração do fluxo migratório, aumenta o excedente da força de trabalho na cidade, tornando para a empresa um custo não lucrativo. Dessa forma, as empresas transferem para o Estado os custos relacionados à moradia, transporte e serviços de infraestrutura urbana. Desse momento em diante as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas do mercado imobiliário.

A partir da década de 1960, com a necessidade das construções de casas populares, cria-se o Banco Nacional de Habitação - BNH e o Sistema Financeiro de

Habitação - SFH para financiá-las. Com a ausência de uma proposta clara de intervenção no setor habitacional, o Banco Nacional de Habitação - BNH é extinto em 1986, passando a ser incorporado pela Caixa Econômica Federal - CEF.

No governo de Fernando Collor (1990-1992), com o confisco das cadernetas de poupança, deu-se a estagnação na poupança e no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprometendo severamente a política habitacional do Brasil. O Estado reduziu sua participação no mercado de terras, o que dificultou ainda mais o acesso das classes subalternas à habitação.

Ainda durante o conturbado governo de Fernando Collor, aconteceram mudanças pouco expressivas no Sistema Financeiro de Habitação - SFH (facilitação da quitação dos imóveis e a mudança no mecanismo de correção das prestações, e por programas na área da habitação popular)<sup>9</sup>.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1995), foi lançado o Programa Habitar Brasil voltado para os municípios de mais de 50 mil habitantes, e o Morar Município, destinado aos municípios de menor porte. Os programas, apesar de denominações distintas, apresentavam as mesmas características básicas: ambos dependiam de verbas orçamentárias ou de recursos advindos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

O governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-1998) empreendeu uma reforma mais efetiva do setor, promovendo uma ampla reorganização institucional com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e com a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implantação da Política Nacional de Habitação (OLIVEIRA, 2000). Tais modificações foram frutos da pressão ocorrida por partes dos diversos movimentos populares, em especial, do Movimento Nacional pela Moradia.

A atuação do governo FHC na área da habitação foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas, característica do referido plano.

---

<sup>9</sup>O principal programa, que com a extinção do Ministério do Interior passou para o controle do Ministério da Ação Social . o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) 2 . lançado em 1990, consistia na construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas, objetivo este que não se concretizou (AZEVEDO, 1996, p. 85).



Nesse período a gestão da política pública na área de habitação sofreu considerável alteração. Os programas na área de habitação popular, sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social, foram redesenhados e passaram a exigir a participação de conselhos gestores estaduais de política pública de habitação, com participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos aos investimentos da União.

Essas mudanças aumentaram significativamente o controle social e a transparência da gestão dos programas em questão (SILVEIRA, 2005), constituindo-se em ponto de inflexão importante na condução das políticas públicas na área de habitação popular.

Segundo Azevedo (1996, p. 88) do ponto de vista político, os programas apresentaram um avanço quanto à gestão da política habitacional através dos conselhos e a constituição de fundos específicos para a habitação. Entretanto do ponto de vista operacional, de redução do déficit habitacional, teve pouca efetividade.

Os movimentos populares de moradia que atuam no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) apresentaram em 2007 no Congresso Brasileiro, uma iniciativa popular subscrita por um milhão de eleitores, criando o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, com o objetivo de implantar uma política habitacional nacional para os extratos mais empobrecidos das classes subalternas.

O projeto continha a concepção de um sistema descentralizado e democrático, em que Estados e Municípios também deveriam constituir seus próprios Fundos de Moradia a serem geridos por Conselhos, com a participação popular. Para utilizar os recursos destes fundos, estados e municípios deveriam desenvolver programas de habitação de interesse social tendo como agentes promotores: as organizações comunitárias, associações de moradores e as cooperativas habitacionais populares ou de sindicatos. A população beneficiária seria aquela que vive em condições precárias de habitabilidade, em favelas, loteamentos clandestinos ou cortiços (SILVA, 2002, p. 157).

Concomitante a esta presença da sociedade civil no espaço público, a década de 1990 no Brasil também foi marcada por uma série de transformações no papel do Estado em suas relações com a sociedade e com a economia, no âmbito do intenso

processo de globalização financeira e produtiva internacional. Nos países do terceiro mundo, tal processo foi marcado por uma ideologia denominada de **neoliberalismo** que prega a redução do papel do Estado ao mínimo e a liberalização do mercado ao máximo, provocando a redução da intervenção estatal nas políticas sociais, que passa a não mais ser entendido como o provedor de serviços públicos, mas como promotor e regulador. O resultado desse processo foi chamado por muitos de **reforma** e pelos mais críticos, de **desmonte** do Estado de Bem-Estar (SIMIONATTO, 1998, p. 29).

Iniciada no final dos anos 1980, no governo de Fernando Collor, a reforma liberal do Estado ganha seu formato definitivo no governo Fernando Henrique Cardoso, que em 1995 cria o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando do então ministro Bresser Pereira, que instituiu, nesse mesmo ano, o Plano Diretor de Reforma e Aparelho do Estado (PDRE).

No governo FHC, foram criadas novas linhas de financiamento habitacional, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais, com sua concessão estabelecida a partir de um conjunto de critérios técnicos de projeto e, ainda, da capacidade de pagamento dos governos locais. No entanto, os recursos a fundo perdido, oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), que subsidiavam estas linhas de financiamento habitacional popular, tiveram uma utilização mais **flexível**, sendo distribuídos, em grande parte, a partir de emendas de parlamentares ao Orçamento da União. Uma parcela deste recurso foi também distribuída através do Programa Comunidade Solidária.

Ainda no governo FHC, foram instituídos vários programas, como por exemplo: Carta de Crédito Individual e Associativismo, e se deu continuidade a outros, como: Pró-Moradia e Habitar Brasil. Embora bastante parecidos, os dois programas focados apresentavam algumas diferenças importantes. A principal diz respeito às fontes de recursos. Enquanto o Habitar - Brasil era financiado com recursos do OGU, o Pró-Moradia era financiado por um fundo gerado a partir de contribuições mensais compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) a área da habitação, através do Programa Habitar Brasil, passa a receber financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem início o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, para permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Além do objetivo social, o programa gerou emprego e renda, nos últimos anos, por meio do incremento da cadeia produtiva do setor da construção civil. A pesquisa "Políticas Permanentes de Habitação. A importância do Programa Minha Casa Minha Vida", revelada no final de 2014 pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), traz dados que mostram que o PMCMV está longe de cumprir seu papel: reduzir o déficit habitacional no país. Pelo contrário, ainda que tenha entregado pouco mais de dois milhões de unidades desde que foi criado, em 2009, e com 1,5 milhão em fase de construção, o programa não consegue acompanhar a demanda da sociedade.

O estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2015) detecta que o Programa Minha Casa Minha Vida só conseguiu reduzir cerca de 8% do déficit habitacional. Em 2009, a carência de moradias era de 5,7 milhões, baixando para 5,2 milhões em 2014. Os dados da pesquisa foram baseados em números fornecidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ainda segundo o levantamento, até 2024, o Brasil terá mais 16,8 milhões de famílias. Para atender o déficit já existente, e ainda suprir o que será gerado nos próximos nove anos, o PMCMV teria que entregar 1,1 milhões de habitações por ano.

Quatro categorias compõem o déficit habitacional brasileiro, de acordo com o estudo da FGV: habitações precárias (favelas), coabitação (famílias que dividem uma mesma casa), locatários e adensamentos populacionais. Destes grupos, apenas um reduziu significativamente desde o lançamento do PMCMV: o de coabitação, que caiu 24,12%. O segmento de habitações precárias teve um recuo de 18,99%. O adensamento baixou 5,45%, enquanto o setor de locações não reduziu. Pelo contrário, aumentou 13,49% no período 2009 e 2014. A pesquisa deduz que esse crescimento se deve à elevação da renda, o que aumentou o número de casamentos e fez subir a quantidade de pessoas morando sozinhas.

Para cumprir com a meta estimada de entregar 1,1 milhão de moradias a cada ano, o investimento do governo teria de ser de R\$ 760,6 bilhões em um período de nove anos; entretanto, até 2015, foram investidos R\$ 223 bilhões no

programa. Boa parte deste dinheiro seria em forma de subsídios, já que as classes que mais dependem do PMCMV estão na faixa de um a três salários mínimos.

Então fazer o financiamento da casa própria nunca esteve tão fácil como agora em 2016, isto porque o governo vem criando alternativas bastante atraentes para quem não tem dinheiro para comprar uma casa ou apartamento à vista ou não pode arcar com uma prestação muito alta. Para isso o programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV introduziu alguns elementos que barateou o valor da prestação tornando-a acessível a milhares de pessoas. Entre esses elementos estão a taxa de juros reduzida e o subsídio<sup>10</sup>.

Para a FGV, o aumento no volume de unidades produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida só seria possível se houvesse mais oferta de terrenos, mais contrapartida de estados e municípios e mais investimento em produtividade por parte das empreiteiras.

Apesar de o Programa Minha Casa Minha Vida não ter conseguido cumprir sua função, até o momento, as construtoras são praticamente unânimes em relação ao programa. Para 93%, ele é visto como ~~um~~ importante para o setor da construção civil. As empresas também entendem que o Programa Minha Casa Minha Vida teria produzido muito mais unidades não fossem gargalos como burocracia, carga tributária e falta de incentivos para a adoção de sistemas construtivos industrializados. Para a autora da pesquisa, a coordenadora de projetos da construção da FGV, Ana Maria Castelo (2015), o país tem uma dívida enorme com uma parcela significativa da população que ficou à margem do mercado imobiliário, por causa das restrições de renda, mas avalia que são necessárias mudanças no programa. É da máxima importância para as empresas que o programa se transforme em uma política de estado.

A partir de meados do primeiro decênio dos anos 2000, o Brasil passou a experimentar diversas mudanças socioeconômicas originadas de iniciativas de programas federais de transferência de renda, que buscavam uma melhoria no poder de compra das classes de baixa renda. Queiroz et al. (2010) citam alguns, característicos de transferência direta de renda: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação,

---

<sup>10</sup>É um valor que o governo propicia para pessoas com baixa renda e que é usado para diminuir o valor financiado. Imagine uma casa no valor de R\$ 150.000,00 e uma pessoa de baixa renda para comprá-la. Se for feito o financiamento comum, o valor da prestação ficaria muito alto, então o governo oferece um subsídio de R\$ 25.000,00 (isto é apenas um exemplo), assim o valor a ser financiado não é mais R\$ 150.000,00 e sim R\$ 125.000,00 (FGV, 2015).

Auxílio-Gás, Cartão Alimentação, Programa Fome Zero e Bolsa Família. Como resultados desses esforços, o poder de compra da população brasileira ascendeu fortemente.

Pesquisas divulgadas em 2011 tecem o panorama da Classe C, a chamada nova classe média, que já é a maior camada da população no Brasil. O levantamento divulgado pelo DataPoplar mostra que a classe média cresceu 12% nos últimos sete anos: em 2003, equivalia a 40% da população. Atualmente este índice é de 52%. Essa é a primeira vez em que a classe C configura mais da metade dos habitantes do país. O percentual representa 31 milhões de pessoas que ingressaram na classe média na última década, o que faz subir para 95 milhões o número de brasileiros nessa faixa social (THOMAZ, 2011).

Em paralelo, o mesmo governo federal lançou, no ano de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conjunto de políticas econômicas planejadas para os quatro anos seguintes com investimentos fundamentalmente em infraestrutura - saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros (PAC, 2013).

No bojo desse programa inseriram-se iniciativas específicas para favorecer o consumo das classes de baixa renda, tais como os programas Minha Casa, Minha Vida e o financiamento habitacional que utiliza recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (CAIXA, 2013). E, mais recentemente, a diversidade de iniciativas aumentou; exemplo foi a disponibilização da linha de crédito Minha Casa Melhor, financiamento para móveis populares e eletrodomésticos para os beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida.

Essas iniciativas, portanto, visavam que, uma vez satisfeitas as necessidades mais básicas da população em geral, os esforços passassem a ser direcionados para o atendimento de urgências de consumo mais imediato das famílias de classes de baixa renda, a serem atendidas por meio da concessão de linhas de crédito.

## *2.2 Fases do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV*

O Programa Minha Casa Minha Vida foi configurado em três fases até o presente ano, 2016, Fase 1, Fase 2 e Fase 3, atualmente encontra-se na terceira fase, conforme figura 3.

**Figura 3: As fases do PMCMV**

Fonte: Autoria própria

O Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida 2 pretendia financiar até 2014 dois milhões de unidades habitacionais. Para atingir essa meta, o programa contou com R\$ 71,7 bilhões . R\$ 62,2 bilhões do Orçamento Geral da União e R\$ 9,5 bilhões do FGTS de investimentos.

O Programa Minha Casa Minha Vida 2 planejava que 60% das moradias fossem financiadas para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00, contando com subsídios que podem chegar até 95% do valor do financiamento.

As famílias interessadas em realizar a inscrição para participar do programa Minha Casa Minha Vida 2, devem pagar as prestações do imóvel comprometendo apenas 10% da sua renda mensal, sendo que o valor mínimo é de R\$ 50,00 dividido por 120 meses, onde o imóvel adquirido não poderá ser vendido antes do prazo de 10 anos, para que esses imóveis não sejam vendidos prematuramente, a não ser que seja efetuado o pagamento total antes do prazo estipulado.

No programa Minha Casa Minha Vida 2 não houve o limite estipulado como na primeira versão do programa, o qual estabelecia o limite da construção em 5 pavimentos para edifícios residenciais populares, para que se possa aumentar a oferta de unidades habitacionais para as famílias de baixa renda que adere ao programa.

Destaca-se aqui que o novo limite de construção para mais de 5 pavimentos incita a verticalização do Espaço Urbano; porém não se deve esquecer que para a edificação de moradias com até 5(cinco) pavimentos, antes estipulada para o programa, não havia necessidade de elevadores. Nesse sentido a nova proposta, envolve maior custo para o conjunto habitacional, onerando mais a população de baixa renda.

Além disso, agora é possível que mulheres com renda mensal de até R\$ 1.395,00 possam financiar sua moradia mesmo sem que o cônjuge participe, no caso de não ter sido realizado o divórcio.

Outra mudança no programa Minha Casa Minha Vida 2 foi a criação de um cadastro com as pessoas beneficiadas por programas habitacionais ou rurais, para que possa haver um controle maior no processo de concessão de subvenções, possibilitando, assim, maior eficiência o controle de quem já recebeu subsídios.

O Programa Minha Casa Minha Vida, continuará entregando milhares de residências em 2016, e o Governo confirmou a continuidade programa Minha Casa Minha Vida 3. A meta do programa é financiar a realização do sonho da casa própria de milhares de Brasileiros no ano de 2016.

O Programa Minha Casa Minha Vida, fechou seus oito anos de existência com resultados acima da meta proposta para os 4 primeiros anos, que era de 2,4 milhões de unidades habitacionais. De acordo com as informações da Caixa Federal e do governo brasileiro, já foram contratadas no Programa Minha Casa Minha Vida 1 e 2, mais de 4 milhões de moradias através do programa.

Durante os primeiros 4 anos, o governo investiu R\$ 328,1 bilhões nos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com os números do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Das 4 milhões de unidades contratadas, já foram entregues 1,5 milhões de unidades habitacionais.

A Presidência da República garantiu a continuidade do Programa Minha Casa Minha Vida 3. De acordo com a presidenta a meta é a entrega de 3 milhões de moradias, mantendo-se o crescimento obtido entre os anos de 2011 a 2014, a meta poderá chegar a 4 milhões de unidades habitacionais construídas.

Para o ano de 2016, o Programa Minha Casa Minha Vida deverá receber investimentos da ordem de R\$ 1,168 bilhão, recurso que será utilizado principalmente para construir moradia para famílias com rendimento mensal de até R\$ 1.600,00. Um dos objetivos do programa para 2016 é facilitar para uma faixa maior de brasileiros a aquisição do imóvel próprio ampliando o valor máximo do imóvel financiada.

O Programa Minha Casa Minha vida está disponível para famílias com renda bruta de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e dispõem de formatos e taxas diferentes de acordo com a faixa de renda comprovada pelo candidato.

**Quadro 1:** Faixas do Programa Minha Casa Minha Vida de acordo com a Renda Familiar, 2016

<b>RENDA FAMILIAR MENSAL</b>	<b>FAIXA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
Até R\$ 1.800,00	Faixa 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de no máximo R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	Faixa 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	Faixa 2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 5,5% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 6.500,00	Faixa 3	8,16% de juros ao ano.

Fonte: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/sobre-o-programa.html> 2016

No caso dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, a renda anual da família deve ser até R\$ 78.000,00 por ano, mais ou menos R\$ 6.000,00 mensais.

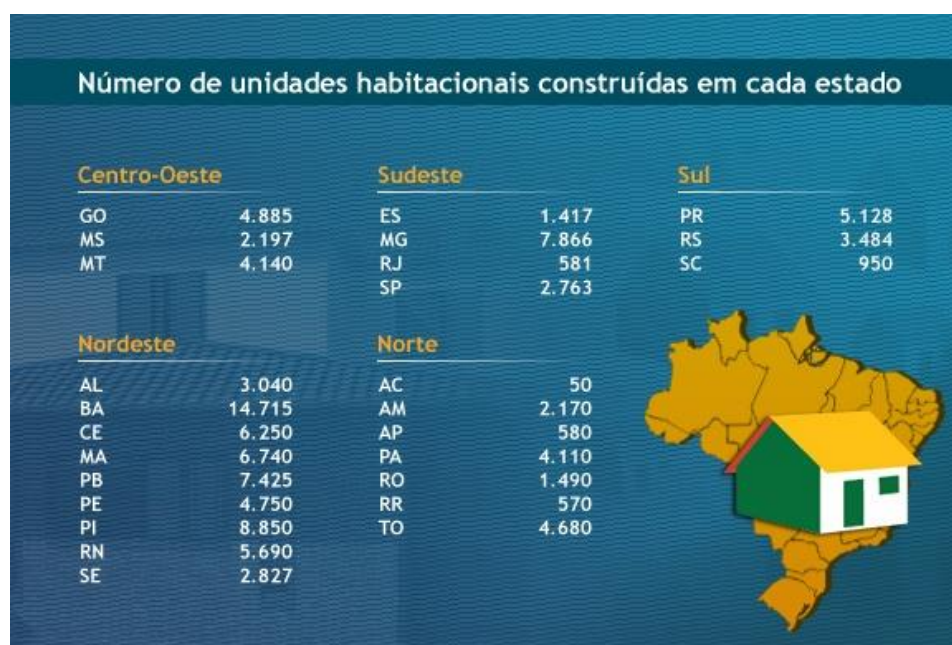
Além de atender aos limites de renda, o beneficiário não pode: ser dono ou ter financiamento de imóvel residencial; ter recebido benefício de outro programa habitacional do governo federal; estar cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT); ter débitos com o governo federal. Quem ganha até 3 salários mínimos além do cadastro no Programa Minha Casa Minha Vida 2016, não pode possuir financiamento e imóveis no nome da pessoa que pretende se inscrever, não pode ter utilizado o FGTS para financiamento de imóveis nos últimos 5 anos, e não pode possuir restrições de crédito.

O programa Minha Casa Minha Vida possibilita o financiamento de imóveis em até 360 meses (30 anos). O financiamento é feito através da aplicação da tabela SAC (Sistema de Amortização Constante); nela o sistema de Amortização é Constante e por isso as parcelas são decrescentes.

Em 2016 o feirão da Caixa se repete nos estados participantes do programa Minha Casa Minha Vida e está presente nos estados: Acre, Ceará, Mato Grosso, Bahia, Roraima, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pará, Amazônia, Paraná, Espírito Santo, Amapá, Maranhão, Rondônia, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.



**Quadro 2:** Número de unidades habitacionais construídas em cada estado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (2016).



Fonte: Caixa Econômica Federal

### 2.3 Consumo no Mercado Imobiliário

Segundo Giglio e Ryngelblum (2010, p. 86), o negócio imobiliário é o segundo em importância econômica e social no país, envolvendo a participação de inúmeros atores, como governo, bancos, imobiliárias e empresas de comunicação, construtoras e grupos de engenharia. É também conhecido como *construbusiness* envolve planejamento/projeto/construção, produção, comercialização e manutenção de imóveis.

No que concerne às características de consumo dentro desse setor, como colocado por Smith, Munro e Christie (2006), a proporção da riqueza pessoal investida em imóveis residenciais é distintamente alta.

Conseqüentemente, pode-se afirmar que o processo de tomada de decisão de compra de um imóvel é um processo racional e com elevado grau de envolvimento, respeitando normalmente todas as etapas fundamentadas por Blackwell, Miniard e Engel (2005): reconhecimento da necessidade, busca de informação, avaliação de alternativa pré-compra, compra, consumo, avaliação pós-consumo e descarte.

Todas as etapas são moldadas pelas seguintes variáveis: diferenças individuais, recursos do consumidor, conhecimento, atitudes, motivação, personalidade, valores e estilo de vida, cultura, classe social, família, situação, processos psicológicos, informação em processamento, aprendizagem, mudança de atitude e comportamento (GIGLIO, RYNGELBLUM, 2010, p. 93).

Assim percebemos e observamos como esse processo de compra é complexo; os consumidores consultam várias fontes de informação antes de comprar um imóvel, e, dentre essas fontes, encontram-se as fontes de marketing. Com relação às ações estratégicas de comunicação do mercado imobiliário brasileiro, Giglio, Pereira e Ryngelbum (2006) colocam que elas parecem ter estacionado no tempo. Isso porque se observa que não existem significativas evoluções, visto que inclusive a ferramenta da internet é pouco explorada, sendo utilizada, normalmente, com foco apenas em vendas, negligenciando-a para manter relacionamento com clientes.

Já no que diz respeito aos principais atributos necessidades, de espaços e especificações são procurados pelos indivíduos nesse processo de compra de apartamentos e ou casas, um estudo realizado por Polli e Viveiros (2007) aponta a varanda, a churrasqueira, os espaços amplos, a orientação do sol, as vagas de garagem, a área da cozinha e o sistema hidráulico. Entretanto, conforme observado pelas autoras, os condomínios de alto padrão se diferenciam pela quantidade de espaços comuns que oferecem, pois, os novos condomínios, com mais opções de lazer e entretenimento dentro dos limites da propriedade, buscam certa autossuficiência, favorecendo os moradores, que não precisam se deslocar para realizar suas atividades.

Em se tratando dos imóveis de Programas de Habitação Popular de Interesse Social, muitas vezes são construídos em locais afastados, e sem uma infraestrutura urbana nos arredores, ou seja, nas proximidades daquele habitacional. Esse fato chama a atenção do comprador para alguns aspectos importantes relativos às observações do local (bairro/município) e seu entorno minuciosamente, sem pressa, antes da decisão de compra do imóvel, inclusive a respeito de como o local se comporta nos períodos de chuvas, durante o inverno, seu entorno referente às questões de urbanização, tais como praças, escolas, hospitais, postos de saúde, rede bancária, supermercados, transporte coletivo, lazer, dentre outros.

## 2.4 O Direito Humano à Moradia Adequada

Segundo Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, a moradia adequada foi reconhecida como direito humano em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas

Vários tratados internacionais após essa data reafirmaram que os Estados têm a obrigação de promover e proteger este direito. Hoje, já são mais de 12 textos diferentes da ONU que reconhecem o direito à moradia. Apesar disso, a implantação deste direito ainda é um grande desafio.

O direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado. Não se resume apenas a um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental. A moradia adequada deve incluir:

Segurança da posse: Todas as pessoas têm o direito de morar sem o medo de sofrer remoção, ameaças indevidas ou inesperadas. As formas de se garantir essa segurança da posse são diversas e variam de acordo com o sistema jurídico e a cultura de cada país, região, cidade ou povo;

Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos: A moradia deve ser conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica; em suas proximidades deve haver escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e devem estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros.

Custo acessível: O custo para a aquisição ou aluguel da moradia deve ser acessível, de modo que não comprometa o orçamento familiar e permita também o atendimento de outros direitos humanos, como o direito à alimentação, ao lazer etc. Da mesma forma, gastos com a manutenção da casa, como as despesas com luz, água e gás, também não podem ser muito onerosos.

Habitabilidade: A moradia adequada tem que apresentar boas condições de proteção contra frio, calor, chuva, vento, umidade e, também, contra ameaças de incêndio, desmoronamento, inundação e qualquer outro fator que ponha em risco a saúde e a vida das pessoas. Além disso, o tamanho da moradia e a quantidade de cômodos (quartos e banheiros, principalmente) devem ser condizentes com o número de moradores. Espaços adequados para lavar roupas, armazenar e cozinhar alimentos também são importantes.

Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis: A moradia adequada deve ser acessível a grupos vulneráveis da sociedade, como idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais, etc. As leis e políticas habitacionais devem priorizar o atendimento a esses grupos e levar em consideração suas necessidades especiais. Além disso, para realizar o direito à moradia adequada é fundamental que o direito a não discriminação seja garantido e respeitado.

Localização adequada: Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. Ou seja, nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias, correios, e outras fontes de abastecimento básicas. A localização da moradia também deve permitir o acesso a bens ambientais, como terra e água, e a um meio ambiente equilibrado.

Adequação cultural: A forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção deve expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras. Reformas e modernizações devem também respeitar as dimensões culturais da habitação<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequado, 2016.

## 2.5 Habitação de Interesse Social

Segundo os Art. 31<sup>12</sup> do Plano Diretor de Recife: Habitação de Interesse Social - HIS é toda moradia com condições adequadas de habitabilidade, definidas em lei específica, destinada à população de baixa renda e que atenda aos padrões técnicos definidos pelo órgão competente da municipalidade.

Habitação social ou habitação de interesse social é um tipo de habitação destinado à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário. Empreendimentos habitacionais de interesse social são geralmente de iniciativa pública e têm, como objetivo, reduzir o déficit da oferta de imóveis residenciais de baixo custo dotados de infraestrutura (redes de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e energia elétrica) e acessibilidade. Alguns empreendimentos também visam à realocação de moradias irregulares ou construídas em áreas de risco.

Programas de habitação social existem em vários países, desenvolvidos ou não, e os imóveis podem ser alugados ou comprados mediante financiamentos subsidiados pelo governo. Geralmente, são realizados em grandes conjuntos de prédios de apartamentos, casas ou lotes urbanizados.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> **Plano Diretos da Cidade do Recife.** Lei nº 17511, 29 de dezembro de 2008. Disponível: [http://www.recife.pe.gov.br/ESIG/documentos/Plano\\_Diretor/Lei%20Plano%20Diretor%2017511-2008.htm](http://www.recife.pe.gov.br/ESIG/documentos/Plano_Diretor/Lei%20Plano%20Diretor%2017511-2008.htm) Acesso em: abr./ 2016.

<sup>13</sup> BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Direito à moradia adequada.** . Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76 p., il. . (Por uma cultura de direitos humanos).

## **CAPÍTULO III:**

*Consumo e as Famílias do Programa Minha Casa Minha  
Vida - PMCMV*

### 3.1. Consumo

Nos diversos campos do conhecimento, é importante explicar a cultura do consumo, o cotidiano, o bem-estar e o desenvolvimento social. Nesta dissertação apresenta-se as várias perspectivas para tratarmos o assunto. A pesquisa foi embasada também nos estudos de comportamento e motivação de Maslow, que trazem uma valiosa contribuição para as análises, principalmente no se refere às necessidades humanas que estão organizadas em prioridades e hierarquias: Necessidades Fisiológicas; Necessidades de Segurança; Necessidades Sociais; Estima e Auto Realização (MASLOW, 2000).

Sobre as necessidades humanas, estudadas por Abraham Maslow, na década de 1960, de acordo com PINHEIRO (2011), o estudioso sugeriu um modelo hierárquico das necessidades, classificando-as em níveis crescentes de complexidade, desde as necessidades mais básicas (instintivas) até as de cunho social (aprendidas) +e complementa:

Para Maslow, o ser humano sempre busca o crescimento psicológico, e, conforme os níveis inferiores da hierarquia vão sendo razoavelmente atendidos, a tendência é as necessidades localizadas nos patamares mais elevados ficarem mais prementes. No caso do não atendimento das necessidades inferiores, automaticamente os esforços motivacionais do indivíduo se concentram na redução da tensão localizada no patamar inferior (PINHEIRO, 2011, p. 42).

Para satisfazer a maior parte dessas necessidades é imprescindível que a população tenha recursos financeiros para fazer-lhes face. Entretanto, com a atual crise econômica, grande parte das pessoas, não tem conseguido, sequer, satisfazer o mínimo das necessidades, gerando com isso ainda maiores tensões. Leão, Loreto e Fernandes (2014), tendo em vista o contexto atual ressaltam:

...grande parte da população brasileira luta diariamente para satisfazer suas necessidades básicas, onde o poder aquisitivo é fator limitante na aquisição de mercadorias, redundando, na maior parte das vezes, em aquisição de produtos de menor valor e de qualidade duvidosa. São os poucos recursos, em geral, advindos de programas sociais ou dos baixos salários (p. 458).

Sociedade de consumo é um termo utilizado para designar o tipo de sociedade que se encontra numa avançada etapa de desenvolvimento industrial

capitalista e que se caracteriza pelo consumo massivo de bens e serviços disponíveis, graças à elevada produção dos mesmos.

O conceito de sociedade de consumo está ligado ao de economia de mercado, aquela que encontra o equilíbrio entre oferta e demanda através da livre circulação de capitais, produtos e pessoas, sem intervenção estatal. E, por fim, ao conceito de capitalismo.

Importante ressaltar, que o alto índice de desemprego evidenciado atualmente, está diretamente relacionado à crise do capital, que gera, por consequência, o desequilíbrio entre a produção e o consumo de mercadorias e serviços. Esta crise é observada no momento em que a produção de mercadorias é maior que a demanda, isto é, sobram produtos no mercado por falta de condições financeiras da população em adquiri-los. LEÃO (2016, p.5) ressalta que a crise parece afetar em maior grau a população assalariada ou aquelas pessoas que já vivem abaixo da linha da pobreza que se veem compelidas a restringir ainda mais o consumo, buscando adequar o padrão de vida à nova realidade.

Essa condição vivenciada pela população não tem sido fácil, no contexto das populações de baixa renda do Brasil. Os salários já não conseguem suprir as demandas básicas da família tendo estas que readequar às necessidades diárias ao poder aquisitivo dos salários. Como alternativa, o mercado financeiro oferta diversas linhas de crédito ou financiamento à população visando que esta permaneça suprindo suas necessidades e desejos.

Sciré (2012) lembra que uma das alternativas utilizadas com frequência é o cartão de crédito, que pode ser utilizado como dinheiro e apresenta ainda a alternativa de poder parcelar em várias vezes uma compra. Porém, a autora observa que, na prática, essas parcelas, quando ultrapassam a renda mensal, podem dificultar o equilíbrio financeiro das pessoas que se utilizam desse mecanismo.

Sobre esse tema, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor . PEIC, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo . CNC acompanha, mensalmente, o contexto no Brasil abrangendo todos os Estados da Federação com 18.000 pessoas constatando o seguinte panorama neste mês de junho/2016:



O cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 76,6% das famílias endividadadas, seguido de carnês, por 15,6%, e, em terceiro, de crédito pessoal, por 11,3%. No grupo de famílias com renda até dez salários mínimos, cartão de crédito, por 77,7%, carnês, 3 por 16,7%, e crédito pessoal, por 10,8%, foram os principais tipos de dívida apontados (PEIC, 2016).

Sobre dívidas com cartão de crédito, pesquisa realizada por Leão (2016) verificou que das 189 pessoas que responderam a pergunta *“foi necessário contratar empréstimo consignado para quitar dívidas no cartão de crédito”*, 69 delas responderam *“sim”*, ou seja, mais de 1/3 dos indivíduos já necessitaram contratar empréstimos para pagamentos de cartões de crédito.

A referida pesquisa foi desenvolvida com servidores públicos federais, categoria dos servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Indagou-se a este público sobre as *“alternativas que colaboram para a situação de desequilíbrio do orçamento doméstico”*. Obteve-se como resposta, em ordem de prioridade: 50 pessoas marcaram despesas com pagamentos de empréstimos consignados, 48 assinalaram alimentos e 28 remédios. Outras despesas foram também assinaladas como aquisição e/ou manutenção veicular, Imprevistos, pagamento de aluguel, despesas com escola de filho(a), problemas de saúde, entre outros.

A relação entre grau de consciência sobre o que se consome e os padrões de consumo estabelecidos é um campo bastante amplo para discussão, principalmente, quando a análise parte do que se entende por consumidor.

Em algumas áreas de conhecimento, o consumidor é um agente determinado por um modelo teórico, situação que torna o seu comportamento previsível e simplificado por estar limitado a um conjunto de condições com a finalidade de representar a realidade de forma abstrata. Como exemplo, tem-se as definições trazidas pelas Ciências Econômicas e Jurídicas.

Enquanto para a primeira, o consumidor é reconhecido como um agente racional, ou seja, fará suas escolhas orientadas pelo nível de renda e preço, preferindo sempre os melhores bens e serviços pelos quais puder pagar dentro do que a sua restrição orçamentária permitir (VARIAN, 2000); para a segunda,

conforme estabelece a Lei Brasileira n.º 8.078 de 1990<sup>14</sup>, o consumidor é definido como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final; de modo que não se terá um consumidor se esse enunciado lógico não for atendido.

Nas definições evidenciadas, observou-se que a questão do grau de consciência especialmente sobre o que se consome e o motivo pelo qual se consome, não são pontos fundamentais. Para aquelas definições, a concretização do ato de consumir é o mais relevante.

Dessa forma, pode-se entender o consumo como algo delimitado, condicionado e que pode ser quantificável. No entanto, esse tratamento dado ao consumo não satisfaz questionamentos como *o que é consumo?* e *quem é consumidor?* No âmbito das Ciências Sociais, porque para essa área do conhecimento, o consumo é mais bem investigado como um processo, e não somente como um resultado.

É tido como uma prática social complexa e de difícil definição, principalmente, por considerar um aspecto quase não contemplado pelas visões anteriormente expostas, que é o simbólico. Daí a dificuldade de determinar também as condições que definem o agente consumidor.

É importante destacar que não está sendo feito aqui um juízo de valor acerca das abordagens científicas tomadas como exemplo, mas sim a busca pela evidência das diferenças conceituais e o quanto tais diferenças revelam a fragmentação das áreas de conhecimento sobre o tratamento dado para o consumo.

Ao mesmo tempo, quando bem aproveitadas, essas mesmas divergências permitem tornar a investigação mais profunda por viabilizar uma análise interdisciplinar. Não é comum o hábito de pensar o consumo. Na maioria das vezes, ele é julgado como algo irrefletido ou gasto inútil (CANCLINI, 2010), em função tanto da ausência da visão dos agentes sociais sobre os seus próprios atos, como de uma postura teórica universalizante sobre o significado e o papel do consumo na vida cotidiana das pessoas, que não distingue [õ ] os múltiplos significados da atividade de consumir+(BARBOSA, 2004, p. 11).

Por causa dessas dificuldades, o consumo pode ser habilmente instrumentalizado, especialmente, pelo mercado. Assim, é fundamental difundir o

---

<sup>14</sup>Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8078.htm)>.

entendimento de que o consumo engloba várias atividades, diferentes atores e um conjunto de bens e serviços que não se restringe necessariamente ao provido pelo mercado (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 26).

Ou seja, outras fontes de provisão de bens e serviços fazem parte do nosso cotidiano, ainda que não sejam tão óbvias. Dentre elas, tem-se o Estado, que ao fornecer serviços públicos configura o chamado consumo coletivo; e o próprio universo doméstico-familiar, que promove gestos e produtos envolvendo o consumo e que são justificados pela afetividade (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Além desse entendimento limitado do consumo apenas como uma etapa da prática de comércio, quando o que está sob avaliação é o consumo do outro, aquela visão normalmente passa a ser orientada por um significado particular não relativizado sobre o que é supérfluo e necessário, desdobrando-se em julgamentos acerca do que deve ser (para o outro) o consumo responsável.

Esse tipo de julgamento costuma ocorrer por alicerçar-se em um valor moral atribuído ao consumo, motivado pelo hábito de associá-lo necessariamente a uma contraprestação em forma de trabalho para que seja considerado um consumo correto.

Ou seja, acredita-se que é necessário trabalhar, produzir para consumir, esquecendo-se que existem bens não comercializados e produzidos pela natureza que são constantemente consumidos por todos para garantir a vitalidade física, como o caso clássico do oxigênio.

Na tentativa de criar uma conceitualização mais abrangente e transversal, (CANCLINI, 2010) sugere o entendimento do consumo a partir de uma análise que relativiza, colocando-o como um conjunto de processos socioculturais. Essa aceção permite a compreensão do consumo através de diversas perspectivas, as chamadas racionalidades, que apesar de poderem ser separadas para finalidade de estudo, permeiam-se na dinâmica do cotidiano.

Assim, além do consumo poder ser interpretado sob a racionalidade econômica e, portanto, visto como uma etapa do ciclo de produção onde ocorre a expansão do capital, a reprodução da força de trabalho e também a subordinação a uma lógica estratégica voltada para a obtenção de lucros (CANCLINI, 2010), o

consumo pode também ser tratado como expressão de distinção social<sup>15</sup> e ainda interpretado por meio de outras racionalidades, como a chamada racionalidade sociopolítica interativa, onde o consumo assume um viés político por passar a ser pensado pelos setores populares através de manifestações provocadas pela desigual participação no processo de distribuição e apropriação de bens e serviços, como também sob a caracterização de um instrumental de poder, utilizados para fins de disputas eleitorais.

No que diz respeito ao consumo sob a lógica da distinção social (CANCLINI, 2010) explica que a racionalidade das relações sociais se constrói mais no processo de disputa em relação à apropriação dos meios de distinção simbólica, do que na luta pelos meios de produção.

Desse modo, ao considerar os bens como símbolos de distinção e os estilos de vida como sistemas de sinais socialmente qualificados (BOURDIEU, 2007), pode-se depreender que o pertencimento a uma determinada classe se vincula ao status social gerado pela apropriação de bens.

Essa conclusão coloca o consumo não mais reduzido a uma necessidade de subsistência (VEBLEN, 1974), mas como fator socialmente diferenciador baseado na priorização de aspectos simbólicos e estéticos da racionalidade consumidora. Outra perspectiva importante é a que serve para explicar o porquê dos gastos em celebrações costumam ser expressivos, mesmo quando se possui uma limitação orçamentária bastante restrita.

Para obter tal explicação, (CANCLINI, 2010) faz uso de um estudo realizado por (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006), que estabelece uma relação entre custos altos e os rituais de celebração. O resultado desse trabalho constitui-se no entendimento de que os rituais têm a função explicitar as definições públicas derivadas do que o consenso geral julga como valioso.

Assim, quanto mais significativo for um evento para um grupo, mais indiferente este último será com relação ao custo da aquisição dos bens destinados ao ritual de celebração. A partir da reflexão exposta, reconhece-se que as sociedades capitalistas contemporâneas se estruturaram com forte apelo ao consumo sob a perspectiva da racionalidade econômica.

---

<sup>15</sup>De acordo com Bourdieu (2007 apud CHARTIER, 2011, p. 22), a distinção social pode ser compreendida a partir da ideia de que os bens podem ser considerados sinais distintivos.

No entanto, o mercado não pode ser compreendido como o único espaço que possui a prerrogativa de promover o consumo: uma miríade de interações socioculturais complexas o ultrapassam a partir de outros espaços, como os constituídos pelo ambiente familiar e o derivado da relação entre a sociedade civil e o Estado.

Diante disso, o consumo perde a característica de ser apenas um simples ato individual de apropriação de um bem para ser considerado também um ato coletivo de apropriação, englobando fatores sociais e simbólicos. Em resumo, o consumo torna-se um processo complexo formado por práticas que influenciam a formação das identidades individual e coletiva, estabelece fronteiras entre os grupos sociais e, fundamentalmente, cria valores e regras ligados ao pertencimento social.

### 3.2. Famílias

Merece destaque falarmos sobre a família que é uma instituição-núcleo complexa, que está em permanente evolução em todas as sociedades e no mundo. Apresentamos a família tendo quatro funções básicas relevantes em relação ao comportamento do consumidor: Bem-estar econômico; Apoio emocional; Estilos de vida adequados e Socialização dos membros da família (SCHIFFMAN; KANUK, 2000).

A família é definida como duas ou mais pessoas, ligadas por sangue, casamento ou adoção, que moram juntas. Mais nem todo domicílio é família, caracterizando assim 03 (três) tipos de família: Os casais casados (marido e esposa-casal jovem ou casal idoso); Família nuclear (marido e esposa e um ou mais filhos); Família estendida (marido e esposa, um ou mais filhos e avô ou avó) (SCHIFFMAN e KANUK, 2000), não esquecendo a nova configuração familiar por união de pessoas do mesmo sexo. A família contemporânea se pluralizou não se restringe mais, tampouco, as famílias nucleares, hoje, existem famílias recompostas, monoparentais, homoafetivas e mais um sem número de formas.

Pode-se pensar a noção de família como uma categoria nativa, ou seja, de acordo com o sentido atribuído por quem a vive, considerando-o como um ponto de vista. Embora nunca estejamos inteiramente seguros de que o que atribuímos ao outro corresponde ao que ele instituiu si mesmo, dificuldade inerente às relações

intersubjetivas, pode-se ao menos buscar uma abertura tendo em vista essa aproximação.

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e resignificada, à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida. Ou seja, trabalhar com famílias requer trabalhar com a escuta, afim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também de recursos disponíveis. (SYNTHIA SARTI, 2009, p. 26).

Partimos, então da ideia de que a família se delimita simbolicamente, baseada num discurso em si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade: cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. Pensar família como uma realidade que se constitui como um discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à sua própria realidade, mas que permita pensar como ela se constrói, a sua noção de si, supondo evidentemente que isso se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que se ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, pais e filhos, entre marido e mulher). Sabemos que não há realidade humana exterior a cultura, portanto, simbolicamente (SARTI, 2009p.26).

A definição mais corrente da família - grupo caracterizado pela residência comum e pela cooperação de adultos de ambos os sexos e dos filhos que eles geraram ou adotaram (MUNDOCK, 1949) - explicita pouco a extrema diversidade das suas formas históricas e parece por de fora certas variações familiares importantes. Do ponto de vista estrutural ou formal, distinguimos correntemente os gêneros de famílias segundo:

1. o seu modo de composição: a família nuclear compreende exclusivamente os cônjuges e os seus filhos não casados, ao passo que a família alargada inclui, integralmente ou em parte, duas ou várias dessas unidades elementares;

2. o seu modo de constituição: o casamento arranjado caracteriza as situações em que a escolha do cônjuge é definida por regras sociais explícitas ou pela vontade dos pais e o casamento de afinidade os casos em que os indivíduos escolhem eles próprios o seu estado e o seu esposo;

3. o seu sistema de filiação (transmissão do parentesco): no sistema unilinear, os filhos são incorporados no grupo de parentes definidos pela mãe ou pelo pai, ao passo que no sistema indiferenciado participam, ao mesmo título, nas duas linhagens (LÉVISTRAUSS, 1949) Do ponto de vista funcional, opôs-se com frequência, a "família-empresa" das sociedades tradicionais - vista como um grupo controlado pela comunidade ou pela parentela e cujo objetivo é primeiramente a produção econômica e a segurança das pessoas - à família "conjugal" das sociedades contemporâneas (caracterizadas pelo salariado), cujo papel principal seria assegurar o equilíbrio sócio afetivo dos seus membros.

Esta mudança de prioridade dos objetivos familiares permitiria segundo Wilson Goode (1963), compreender a generalização do casamento de afinidade, a nuclearidade do grupo familiar, a tônica colocada progressivamente no ideal de democracia nas relações domésticas, a mobilidade relacional (divórcios e recasamentos) e a privatização das mentalidades.

Numerosos autores censuraram esta perspectiva, no entanto, o fato de explicar apenas as famílias das camadas médias das sociedades industriais e de caracterizar inadequadamente a ruptura entre sociedades tradicionais e sociedades modernas. Para corrigir tal perspectiva, pôs-se em evidência, nomeadamente, que:

1. A industrialização e a urbanização não são condições necessárias da família nuclear (já majoritária na Europa pré-industrial, segundo BURGUIÈRE et al. 1986);
2. O casamento de afinidade não equivale a uma ausência de impacto das clivagens sociais sobre os cônjuges: pelo contrário, a homogamia - isto é, o fato de desposar alguém do mesmo meio social, da mesma nacionalidade, da mesma idade, etc. - caracteriza uma grande maioria das uniões (GIRARD, 1964; SINGLY 1987);

3. O papel direto (trabalho doméstico) e indireto (produção da força do trabalho, reprodução dos valores sociais) da família na produção econômica continua a ser considerável (MICHEL, 1978; SÉGALEN, 1981)<sup>16</sup>;

Dentre as funções básicas da família chamamos a atenção para as necessidades de segurança física, a exemplo de quem não tem onde morar e não tem com o que se agasalhar terá um comportamento e pensamentos voltados para essas necessidades e como fazer para satisfazê-las. Dentro desta necessidade também se encontra a de segurança psíquica: temer o que lhe é desconhecido; o novo; o não familiar; a mudança, a instabilidade, onde o ser humano procura proteger-se de todas as maneiras possíveis de qualquer ameaça (KARSAKLIAN, 2000).

Esta família influencia no comportamento de consumo de seus membros, onde acontece a experimentação e a transmissão de valores de consumo aos seus membros, sendo esta a unidade familiar o principal alvo de consumo de produtos e serviços.

---

<sup>16</sup>OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do Século XX. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.



## **CAPÍTULO IV:**

*O Espaço Urbano e o Habitat de Moradias do Programa  
Minha Casa Minha Vida*

#### 4.1. O Espaço Urbano e o Cotidiano das Famílias

A cidade é um espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. A sua abordagem pode ser vista a partir da percepção dos seus habitantes como também de seus segmentos, o espaço urbano e suas partes. Outra forma de análise refere-se à espacialidade em suas conexões com a estrutura social, processos e funções urbanas. O espaço urbano, como qualquer outro objeto social, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito (CORRÊA, 1995).

A pesquisa teve foco nos processos e nas formas como a cultura do consumo reflete na ocupação do espaço construído por famílias moradoras de habitações de interesse social. Esses aspectos refletem e nos parecem mostrar significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, e do cotidiano de famílias que residem nessas moradias, ou seja, habitação de interesse social.

Em termos gerais, espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

Os agentes sociais que fazem e refazem a cidade produzem o espaço urbano, que segundo e Monteiro (2008) são:

- a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b) Os proprietários fundiários;
- c) Os promotores imobiliários;
- d) O Estado;
- e) Os grupos sociais excluídos.

Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. E

esses necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locais pertinentes às atividades de suas empresas junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população. Essas são as estratégias e ações concretas que desempenham o processo de fazer e refazer as cidades.<sup>17</sup>

Outro fator relevante para esta pesquisa consiste no fato de que, através da apreciação dos projetos arquitetônicos em uso, nos deparamos com os problemas da pós-ocupação dessas famílias no que tange às dimensões desses imóveis com espaços mínimos, o que torna difícil a sua organização devido às dimensões dos móveis e eletrodomésticos existentes no mercado.

Também supomos pouco conhecimento por parte das famílias, o que vem a ser antropometria e ergonomia, envolvendo assim um trabalho árduo, do quem vem a ser a ergonomia do ambiente construído. E falando a esse respeito, essas famílias terão de fazer várias tentativas, no que refere à disposição/arrumação de seus móveis e eletrodomésticos nesses espaços minúsculos, comprometendo muitas vezes o desempenho das atividades cotidianas/domésticas das pessoas que moram naquelas residências.

Além das questões funcionais, as residências contemplam ainda fatores simbólicos, como representação de status, papel social, personalidade e poder. Assim, dependendo de cada época e da configuração da sociedade naquele momento, a residência se organiza e se apresenta de uma forma (TREVISAN et al., 2014, p.43).

Nessa perspectiva, chamamos a atenção para as ideias formuladas e as reflexões sobre o fenômeno urbano, onde destacamos contradições no interior das cidades latino-americanas, ou seja, a realidade urbana brasileira, a partir de 1970, está relacionada aos problemas gerados pelo mercado imobiliário, tais como depredação ambiental, inexistência de infraestrutura, violência, transporte deficiente e os movimentos sociais correlatos a esses temas.

Daí o problema da autoconstrução, por esse processo excluir os custos com a mão de obra na construção da habitação, através da força de trabalho, para a produção da moradia, necessidade básica de qualquer ser humano (KOWARICK, 1993). Sob essa perspectiva o autor supracitado argumenta:

---

<sup>17</sup> Resumo do livro O Espaço Urbano, de Roberto Lobato Corrêa (Editora Ática, Série Princípios, 3ª. edição, n. 174, 1995. p.1-16).

[...] a origem de espoliação urbana e a interpretação aos movimentos sociais no Brasil, as situações de extrema pobreza e a exclusão, às lutas pela terra, habitação ou bens de consumo coletivo, pois os movimentos sociais urbanos se manifestam de maneira diversa. Dessa maneira a espoliação urbana é o processo de acumulação do capital, e da dinâmica das lutas e reivindicações populares (KOWARICK, 1993).

Ao discutir sobre política habitacional no Brasil, é imperioso ressaltar a luta dos movimentos e entidades por moradia e por conseguirem incorporar ao Sistema Nacional de Habitação - SNH, princípios e reivindicações históricas por meio das diretrizes e programas, definidos para operacionalizar a política habitacional.

Tal conquista é encarada como importante vitória, principalmente no que concerne à implementação de Programas Federais como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida . PMCMV, os quais direcionaram recursos aplicados para o atendimento das demandas habitacionais da população da baixa renda<sup>18</sup>.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado pelo Governo Federal, em 2009, com objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

Observamos, com isso, um grande crescimento habitacional no Brasil. Mas não basta apenas aumentar a quantidade de habitações, mais a forma como essas habitações vem sendo produzidas e no atendimento aos pressupostos e finalidades.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a política habitacional vem atendendo as demandas específicas de famílias de baixa renda, uma vez que mais observamos que realmente vem dando acesso, a partir dessa demanda retirando famílias de áreas de risco e possibilitando assim a uma melhor qualidade de vida. No entanto, nos deparamos com outros problemas sociais constatados durante a pesquisa.

---

<sup>18</sup> REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL . Ministérios das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível: <[http://www.sedhab.df.gov.br/mapas\\_sicad/conferencias/programa\\_minha\\_casa\\_minha\\_vida.pdf](http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf)> Acesso: 12/06/2015.

## 4.2 Caracterização das Moradias Habitacionais da Região Metropolitana do Recife - RMR

Apresentamos aqui as características dos dois conjuntos habitacionais populares pesquisados, sendo um de moradias verticais<sup>19</sup>, 15(quinze) apartamentos localizados na Região Político Administrativa II - RPA2 do Recife/PE, e o outro de moradias horizontais composto por 12(doze) casas no Município de Paulista/PE.

### 4.2.1. O Habitacional RPA2

O Conjunto Habitacional Beira Rio, denominado Conjunto Habitacional RPA2, está localizado no bairro do Arruda, na RPA2 do Recife, região composta pelos bairros: Arruda; Campina do Barreto; Encruzilhada; Hipódromo; Peixinhos; Ponto de Parada; Rosarinho; Torreão; Água Fria; Alto Santa Terezinha; Bomba do Hemetério; Cajueiro; Fundão; Porto da Madeira; Beberibe; Dois Unidos; Linha do Tiro.

**Quadro 3:** As Regiões Político Administrativas do município do Recife

RPA	MICRORREGIÕES		
	MICRORREGIÃO I	MICRORREGIÃO II	MICRORREGIÃO III
	Bairros	Bairros	Bairros
RPA 1	Recife, Santo Amaro	Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Soledade	Coelhos, Ilha Joana Bezerra
RPA 2	Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho, Torreão	Água Fria, Alto Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Fundão, Porto da Madeira	Beberibe, Dois Unidos, Linha do Tiro
RPA 3	Aflitos, Alto do Mandu, Sítio Grande, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço, Santana, Tamarineira, Sítio dos Pintos, São Brás	Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição, Vasco da Gama	Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho, Pau Ferro
RPA 4	Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi	Engenho do Meio, Torrões	Caxangá, Cidade Universitária, várzea
RPA 5	Afogados, Bongí, Mangueira, Mustardinha, San Martin	Areias, Caçote, estância, Jiquiá	Barro, Coqueiral, Curado, Jardim São Paulo, Sancho, Tejió, Totó
RPA 6	Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina	Ibura, Jordão	Cohab, Ibura de Cima

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis na Lei Municipal do Recife, nº 16. 293/97 2016

<sup>19</sup> Das moradias verticais pesquisadas foram realizadas entrevistas com 15 (quinze) famílias e das moradias horizontais foram realizadas entrevistas com 08 (oito) famílias.

O conjunto habitacional caracteriza-se por moradias do tipo vertical, com 20 blocos totalizando 320 unidades habitacionais, o que corresponde a o mesmo número de famílias, das quais, só foi possível entrevistar 15(quinze) moradoras (es) por motivos já justificados nos procedimentos metodológicos.

**Figura 4:** Localização do bairro do Arruda na cidade do Recife/Sítio da Prefeitura de Recife



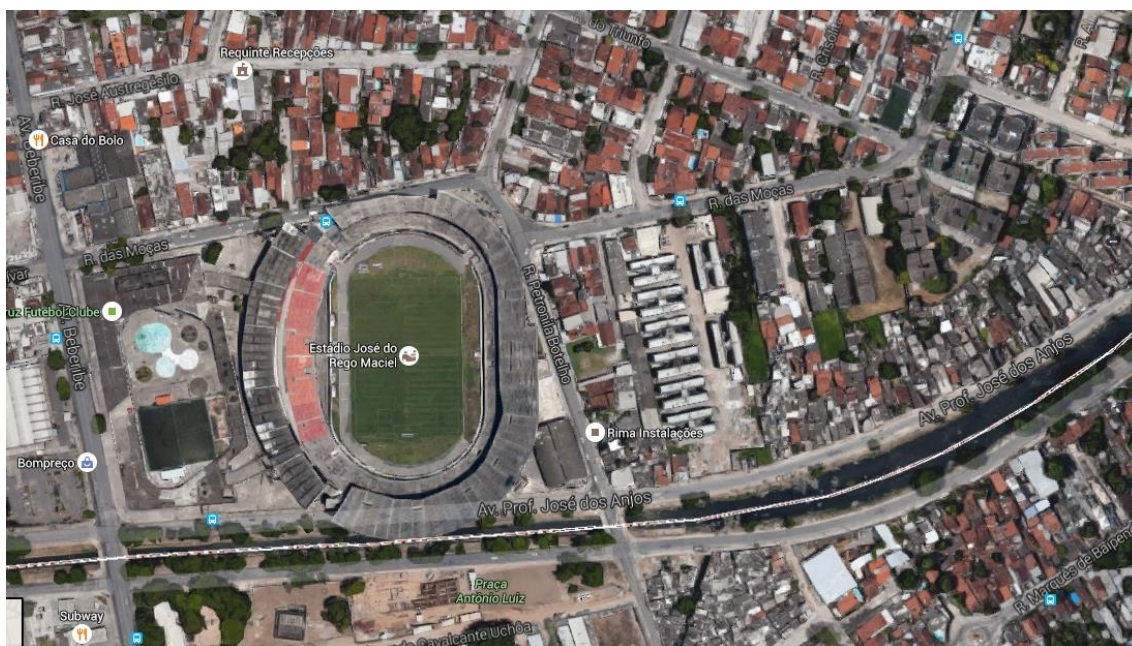
Fonte: Prefeitura do Recife 2016

**Figura 5:** Mapa da RPA 2 -Região Política Administrativa II



Fonte:<http://www7.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-2>. Acesso: 22 de julho 2016.

**Figura 6:** Vista aérea do local do Conjunto Habitacional RPA2 no bairro do Arruda.



Fonte: Google maps (junho/2016)

**Foto 1:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda / Crianças do habitacional mexendo no próprio lixo



Fonte: arquivo pessoal da autora - 2016

**Quadro 4:** Síntese de Dados sobre o Conjunto Habitacional RPA2

Habitacional	Localização	Padrão	Nº de habitações	Entrevistas Realizadas	Método utilizado
Conjunto habitacional RPA2	Arruda/Recife	Habitação Vertical	320 famílias	15(quinze)	Entrevista/ Questionário

Fonte: arquivo pessoal da autora 2016.

**Foto 2:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda Dentro do habitacional tem vários pequenos comércios /Lava Jato, Lanchonete, Moto taxi

Fonte: arquivo pessoal da autora. 2016

**Foto 3:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda Dentro do habitacional tem vários pequenos comércios /Lava Jato, Lanchonete, Moto taxi

Fonte: arquivo pessoal da autora. 2016.



**Foto 4:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda. Acesso dos apartamentos



Fonte: arquivo pessoal da autora. 2015

**Foto 5:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda. Entre os edifícios e os acessos de veículos



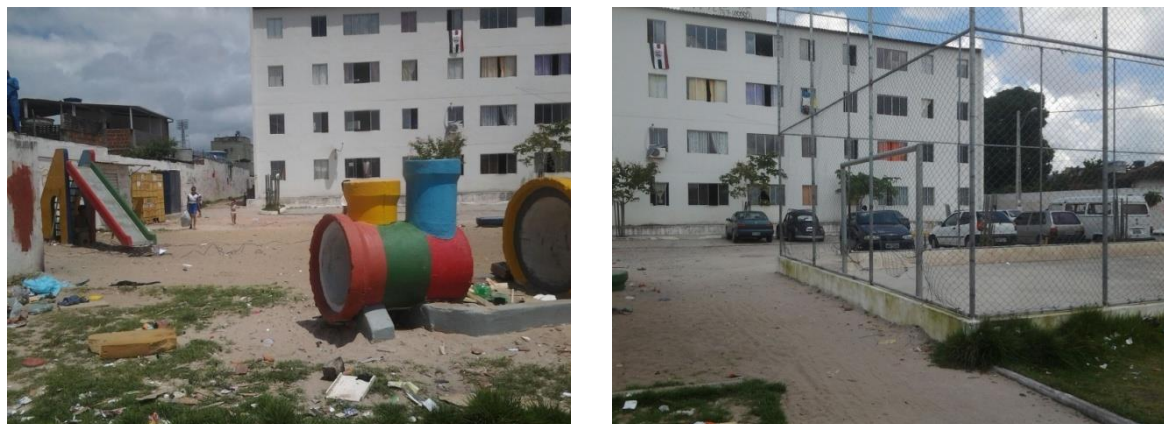
Fonte: arquivo pessoal da autora. 2015

**Foto 6:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio -Arruda Vista da rua para o Conjunto



Fonte: arquivo pessoal da autora.2016.

**Foto 7:** Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda. Área de Lazer infantil e Quadra de Esportes.



Fonte: arquivo pessoal da autora 2016.

#### 4.2.1.1 Caracterização da Moradia . RPA2

O Conjunto Habitacional vertical de apartamentos é construído em alvenaria, rebocados externamente, portas de madeira e esquadrias das janelas em alumínio e vidro. O Conjunto Habitacional está localizado na RPA2, da Região Metropolitana do Recife, e apresenta edificações com quatro andares, incluindo o térreo. Caracteriza-se por 20(vinte) blocos de apartamentos, escadarias que servem a cada 02(dois) blocos, com corredores de acesso às 04(quatro) unidades em cada andar, perfazendo (16) apartamentos por bloco, totalizando 320(trezentos e vinte) apartamentos.

Durante a entrega das chaves do imóvel, o/a proprietário/a e sua família são convidados/as a participar de uma reunião em que é realizada uma palestra de orientação, sobre as regras de convivência no condomínio. Além disso, o/a proprietário/a recebe uma pasta com a documentação do imóvel e uma cartilha, denominada de "Manual da Casa Nova". Entretanto, no conjunto habitacional RPA2 foi possível constatar vários problemas entre os moradores, em relação ao cumprimento das regras de convivência.

O material entregue aos novos mutuários em 2014, foi elaborado pela Secretaria de Saneamento do Recife, que inclui as cópias das plantas baixa, das redes elétrica e hidráulica, além de uma série de recomendações sobre reformas estruturais (intervenções não permitidas), utilização de energia elétrica, água e esgoto e descarte de lixo. No manual, também constam regras sobre os direitos e

deveres de cada morador, o convívio.(Secretaria de Saneamento do Recife - SSR-2014).

#### *4.2.1.1 Histórico do bairro do Arruda*

Segundo dados da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisa Social/FUNDAJ-2014, no início do século XX, o atual bairro do Arruda era conhecido como Estrada Nova e, até a chegada das primeiras maxambombas (pequenas locomotivas em que os maquinistas trabalhavam numa cabine sem cobertura); era um lugar sem nenhum atrativo. As casas, em sua maioria, eram de palha e as ruas tortas e de nomes estranhos: Sete Pecados, Urubu, Patitas, Beco do Chamego, entre outros.

Foi por causa das maxambombas e do progresso trazido por elas que o português Manuel Inácio de Arruda, o ~~peu~~ Arruda+, instalou uma quitanda na Estrada Nova, logo transformada em mercearia, para atender aos inúmeros fregueses. Tornou-se tão conhecido que o nome do antigo bairro mudou para o sobrenome do negociante português: Arruda. O bairro do Arruda pertence à Região Política Administrativa II (RPA2) que é composta pelos bairros: Arruda; Campina do Barreto; Encruzilhada; Hipódromo; Peixinhos; Ponto de Parada; Rosarinho; Torreão; Água Fria; Alto Santa Terezinha; Bomba do Hemetério; Cajueiro; Fundão; Porto da Madeira; Beberibe; Dois Unidos; Linha do Tiro.

A época, em volta da estação das maxambombas, localizada ao lado do atual estádio do Santa Cruz Futebol Clube, foi criada uma feira aos domingos e vários estabelecimentos comerciais surgiram. Para o divertimento da população apareceram o Teatro do Melado, que apresentava dramas, fandangos, pastoris, e destes, os mais conhecidos eram os dos velhos Canela de Açó, Fuzarca, Baú e Pimenta; e muitos circos do tipo ~~to~~ ~~mara~~ que não chova+, que traziam atrações como os palhaços de cara suja que faziam convites à população para o espetáculo, ora utilizando pernas de pau ora montados em jumentos.

O bairro também ficou muito conhecido pela preferência de seu povo pelo xangô (o lugar e o conjunto de cerimônias religiosas afro-brasileiras). Existiam muitos terreiros e os mais conhecidos eram o de Zefinha Guedes e o de Anselmo.

Entre as festas populares, o Carnaval e o Natal eram muito animados. Antecipando os festejos, o bairro do Arruda já ficava em alvoroço a partir do mês de setembro por causa dos ensaios dos vários clubes, blocos, troças, caboclinhos, urso

se maracatus. Tinha como blocos ou agremiações carnavalescas de destaque: Flor de Lira, Camponeses, O Bagaço é Meu, Eco da Mocidade e Cachorro Lambe Tudo. Na festa do Natal havia mamulengo ,bumba-meu-boi, fandango e retreta debandas musicais, além da tradicional queima da lapinha.

Quando, em 1922, as maxambombas foram substituídas pelo bonde elétrico, o bairro já possuía dois cinemas, o Guanabara e o Arruda, que foi incendiado quando da Revolução de 1930.

Da década de 1920 até a de 1960, o bairro, em franco desenvolvimento, teve uma grande concentração de casas comerciais, consultórios médicos e inúmeras modificações na estrutura social e na configuração do espaço urbano. Entretanto, a sua infraestrutura urbana apresentava problemas comuns à maioria dos bairros recifenses no que diz respeito à necessidade de ruas asfaltadas e de saneamento.

O grande destaque do bairro é o Estádio José do Rego Maciel, do time Santa Cruz Futebol Clube, conhecido nacionalmente como ~~M~~Mundão do Arruda+. Embora não tenha sido criado no bairro do Arruda (sua fundação data de 3 de fevereiro de 1914, no Pátio de Santa Cruz, bairro da Boa Vista), ali instalou-se, em 1937, e foi inaugurado em 4 de junho de 1972.

Em 2000, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do bairro do Arruda era de 13.434 habitantes.

**Figura 7:** Habitação às margens do rio Beberibe, - a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda.



Fonte: Jornal do Comércio, 2015

**Figura 8:** Habitação às margens do rio Beberibe . a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda.



Fonte: Jornal do Comércio, 2014

**Figura 9:** Casa de pedaços de madeira e papelão - - a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda.



Fonte: Guga Matos . JC Online, 2014

**Figura 10:** Processo de demolição das antigas moradias, - a imagem retrata a situação em que se as famílias moravam antes de habitar no Conjunto Habitacional RPA 2 Beira Rio . Arruda.

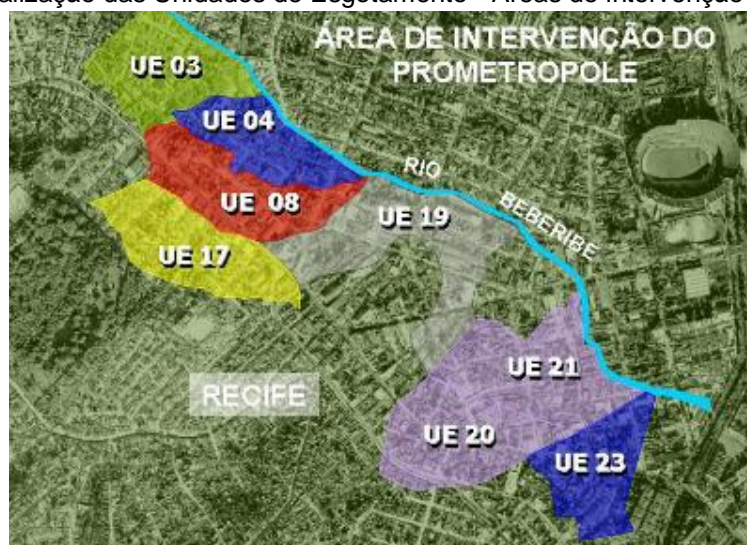


Fonte: Guga Matos . JC Online, 2014

O Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) - PROMETRÓPOLE é coordenado pelo Governo do Estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM e executado em parceria com as Prefeituras do RECIFE e de OLINDA.

Tendo como foco principal de atuação as áreas onde estão concentradas as comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife, inseridas na área da Bacia do Beberibe, o Programa visa promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário dessas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da Região Metropolitana do Recife.

**Figura 11:** Localização das Unidades de Esgotamento - Áreas de intervenção do Prometrópole



Fonte: Secretaria de Infraestrutura . Governo do Estado de Pernambuco, 2016



#### 4.2.2.1 Caracterização da Moradia do Habitacional do Paulista

O conjunto habitacional caracteriza-se por moradias do tipo horizontal, com 3 (três) conjuntos habitacionais, totalizando 12 (doze) unidades habitacionais, dos quais foram entrevistados 8 (oito) moradores(es). Além da entrevista foi possível realizar a técnica metodológica, chamada de Grupo Focal (FLICK, 2009).

**Quadro 5:** Síntese de Dados sobre o Conjunto Habitacional de Paulista

Habitacional	Localização	Padrão	Nº de habitações	Entrevistas Realizadas	Método utilizado
Conjunto habitacional de Paulista	Paulista	Casas Térreas	12	8	Grupo Focal Questionário Análise do Discurso

Fonte: Maria de Fátima Santiago

As casas foram construídas em alvenaria, rebocadas, com teto em lajes e telhas do tipo canal, esquadrias das janelas e portas em alumínio e vidro (todas apresentando área média correspondente a 47 metros quadrados (m<sup>2</sup>). O Projeto Arquitetônico do conjunto de casas apresenta um pequeno terraço, uma sala com cozinha estilo americana (sendo dividido esses dois espaços, por meio de um balcão), um banheiro social, um lavabo, e uma pequena área de serviço. As habitações apresentam um padrão que é próprio das casas populares, no Município de Paulista, em Pernambuco. Os Conjuntos Habitacionais foram construídos pelo mesmo construtor e financiadas as casas em 25 (vinte e cinco) anos pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

O conjunto foi construído em etapas. Na primeira etapa, foram construídas quatro casas tipo corredor não conjugadas - com três quartos e uma suíte; A construção foi finalizada em 2010. Na segunda etapa, foram construídas quatro casas frontais, conjugadas de um lado e o outro oitão livre. A construção foi finalizada em 2012. E na última etapa, foram construídas quatro casas tipo corredor, conjugadas dos dois lados, sem suíte e com lavabo; essa última obra foi concluída em 2013.



**Foto 8:**Fachada do Conjunto Habitacional (antes da ocupação)



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2016.

**Foto 9:** Fachada das casas (depois da ocupação)



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2016.

#### 4.2.2.2 Histórico do município de Paulista

Paulista é um município brasileiro do Estado de Pernambuco. Localiza-se no litoral norte pernambucano, sendo pertencente à Mesorregião Metropolitana do Recife e à Microrregião do Recife, distando 18 quilômetros da capital do estado. Ocupa uma área de 102,3 km<sup>2</sup>, tendo 16,9786km<sup>2</sup> desse total no seu perímetro urbano e 85,4km<sup>2</sup> formando a zona rural do município. Em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou sua população em aproximadamente 319.769 habitantes, ocupando a sexta colocação entre os municípios de Pernambuco.<sup>20</sup>

A temperatura média anual do município é de 25,8 C, e suas vegetações nativas e predominante são a mata atlântica e a restinga. Aproximadamente 100 % da sua população vive na zona urbana, e dispõe de 70 estabelecimentos de saúde, segundo dados do ano de 2009. Em 2010, seu Índice de Desenvolvimento Humano

<sup>20</sup>Estimativa da população 2015 » População estimada » Comparação entre os municípios: Pernambuco». Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Agosto de 2015. (www.paulista.pe.gov.br/) Consultado em 11 de dezembro de 2015.

(IDH) foi estipulado em 0,732, sendo considerado médio e acima do valor estadual, tendo o quarto maior índice entre os municípios do estado.

O início da ocupação das terras do atual município se deu em 1535, na época em que Paulista era parte do município de Olinda. Neste ano, o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, doou ao seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, as terras de Paratibe como reconhecimento aos trabalhos prestados por ele à então colônia. Por volta de 1550, Jerônimo doa as terras ao português Gonçalves Mendes Leitão, que casara com sua filha. Mais tarde, lá se estabeleceram um engenho d'água com o nome Paratibe, uma capela dedicada a Santo Antônio e um sobrado, tendo a partir daí o início do povoado. Cincos séculos após essas transformações, é fundada a freguesia. O auge do seu crescimento ocorreu em 1902, após a instalação da indústria de tecidos feita pelos Lundgren, uma família de origem sueca que se estabeleceu na cidade.

Nos dias atuais, o município do Paulista se destaca por ser um pólo diversificado de prestação de serviços e indústria têxtil e química, sendo a sede do grupo Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte. Na área da educação, o município possui duas importantes instituições de ensino superior: a Faculdade Joaquim Nabuco e a Faculdade de Saúde de Paulista, além de instituições de ensino técnico, como o Escola Técnica SENAI e o SENAC. Com 14 km de faixa litorânea e uma das maiores reservas florestais do estado, as praias e o turismo ecológico são os principais movimentadores do setor de turismo na cidade. A cidade ainda abrange em seu território o Veneza Walter Park, um dos maiores parques aquáticos do Brasil.

A Geografia do Paulista mostra um relevo constituído por tabuleiros, cuja altitude varia de 40 a 50 metros, próximo à planície costeira e até mais de 160 metros, na porção oeste, estendendo-se para o leste.

#### *4.2.2.2.1 Meio Ambiente*

As matas localizam-se no interior da área urbana ou nas proximidades desta, que são: Mata do Janga, Mata Jaguarana e Mata dos Caetés. Estas matas são reservas ecológicas criadas pela Lei n\_9.989, de 13 de janeiro de 1987. Dessas três reservas, apenas a de Caetés foi implantada, em 1991 e sofreu mudança de categoria, transformando-se em Estação Ecológica pela Lei Estadual n\_11.622/98, buscando, principalmente, contribuir para a proteção dos recursos hídricos, realizar

atividades de Educação Ambiental e investigação científica, além de proporcionar lazer à população local.

A Mata de Jaguarana localiza-se às margens da PE-015, próximo ao núcleo urbano central do Paulista; possui uma área de 332,28 hectares, correspondendo a 3,41% da área do município e encontra-se distribuída em três propriedades privadas.

A Mata de Caetés localiza-se na margem esquerda do Rio Paratibe, possui 150 hectares, correspondendo a 1,54% da área do Município. Toda a sua extensão pertence à propriedade pública, segundo dados da FIDEM\*. O Município possui ainda outras matas, situadas nos seguintes bairros: Parque do Janga, Jaguarana, Mirueira e Paratibe.

Na faixa litorânea, nos terrenos submetidos à influência constante das marés, desenvolve-se a vegetação de mangue. Esse ecossistema desempenha uma importante função como filtro biológico e químico das águas contaminadas por resíduos industriais e domésticos, além de servir como viveiro natural. Ainda na Planície Costeira, a ocupação urbana tomou o lugar da vegetação de praia, ali representada por espécies herbáceas.

#### *4.2.2.2 Economia*

No município de Paulista predominam atividades ligadas ao setor de serviços, comércio e indústria. O turismo também é responsável por atrair empreendimentos para o município, com a implantação de hotéis, restaurantes, pontos comerciais e marinas. Em Paulista está localizado também o parque industrial de Paratibe; que abriga empresas de diversos setores, dinamizando a economia da região e gerando emprego para a população.

O município faz parte da Região Metropolitana do Recife, que polariza fluxos econômicos, com predominância do setor de serviços e funciona como centro distribuidor de mercadorias, além de concentrar maior número de indústrias de transformação do Estado. Outro pilar da economia metropolitana é a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar. Destaca-se também o cultivo de frutas e hortaliças, como banana, coco, inhame, mandioca, entre outros. O município também abriga Instituições privadas de ensino superior: FADE (Faculdade Decisão); FJN (Faculdade Joaquim Nabuco) e FASUP (Faculdade de Saúde de

Paulista), além de Escolas Técnicas; como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Paulista; a Escola Técnica SENAI de Paulista; o SENAC de Paulista e a Escola Técnica Estadual José Alencar Gomes da Silva.

#### 4.2.2.2.3 Transportes

O transporte público na cidade do Paulista é feito, em grande parte, por linhas de ônibus. Através do Terminal Integrado Pelópidas Silveira, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, após a Unidade Mista Torres Galvão, é possível ir a qualquer lugar. Na cidade também existe o transporte complementar, que é feito através de micro-ônibus. Além dos micro ônibus, em Paulista, o meio de transporte de alguns bairros são as kombis e vans.

Rodovias: PE-001;PE-015;PE-018;PE-022;BR-101 (Norte)

#### 4.2.2.2.4 Turismo

Paulista possui uma faixa litorânea com 14 km de extensão, onde se encontra um mar de águas mornas e azuis, uma vasta área de coqueirais e casarios rústicos, colônias de pescadores, hotéis, bares e restaurantes, ao longo das praias de Enseadinha, Janga, Pau Amarelo, Praia do Ó, Conceição e Maria Farinha. Essa última é a principal praia do estado para o Turismo Náutico.

Na praia de Maria Farinha existe de um lado o mar e de outro o rio Timbó, que possui uma faixa, oferecendo aos visitantes vários tipos de lazer náutico, além de agregar o maior parque náutico do país e belezas geográficas naturais. Favorece passeios de barco ou de catamarã, de onde se apreciam as belezas dos mangues, o Porto Artur, os Pocinhos Naturais e a Coroa do Avião.

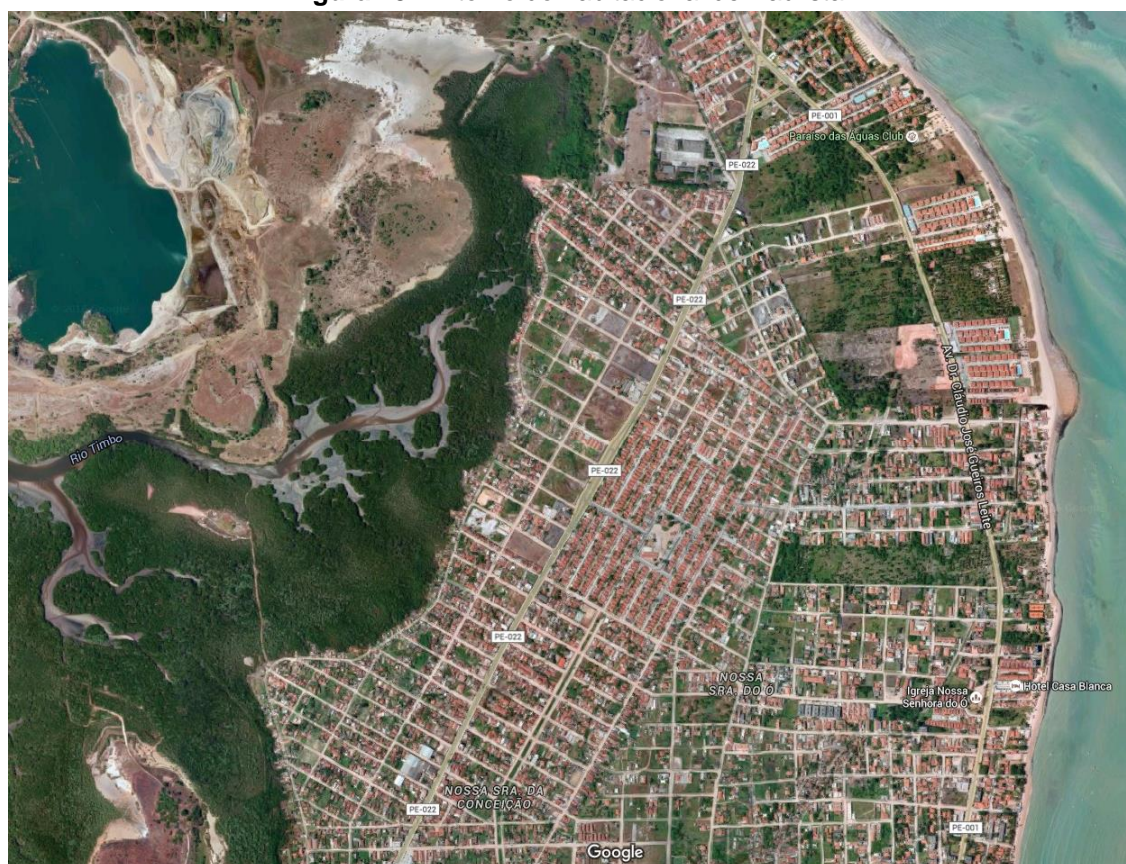
Por ter uma frequência eclética, Maria Farinha fica dividida em duas partes: a parte do rio, frequentada por grandes lanchas que fazem passeios até as Prainhas de Arrecifes e a faixa da praia onde se instalam os domingueiros típicos que desembarcam na areia em busca de sol e badalação.

Paulista, que já foi conhecida como "Cidade das Chaminés" e "Capital dos Eucaliptos", hoje, devido ao potencial turístico das suas praias e águas sempre mornas e de seu sol típico dos trópicos, é conhecida como "NAMORADA DO SOL".

Ao longo das últimas décadas tem se observado que a cidade de Paulista tem apresentado mudanças nas suas características ocupacionais, sobretudo no que consiste o aumento do número de moradias populares. Um Bairro que tem se destacado nos últimos cinco anos é o Bairro de Nossa Senhora da Conceição, este localizado nas proximidades da PE 22 que dá acesso ao litoral norte da cidade do Paulista.

O cenário de mata atlântica e manguezais até então existentes, cada dia mais vem cedendo espaço para a construção de moradias populares, sobretudo relacionadas à política de habitação popular subsidiadas pelo PMCMV. Realidade essa que se pode observar na figura a seguir.

**Figura 13:** Entorno do habitacional de Paulista.



Fonte: Google Maps (junho/2016)



Durante a realização do trabalho de campo foi possível perceber que tanto no Conjunto Habitacional do Paulista quanto no Conjunto Habitacional da RPA, há um desconhecimento por parte dos compradores quanto às características do lugar, referentes ao terreno (solo e área de aterro/mangues) e aos tamanhos dos espaços, à noção das dimensões ao olhar uma planta baixa; ou seja, ao olhar o projeto arquitetônico, os compradores não conhecem e as reais medidas do que cada espaço vai de fato, comportar em termos de móveis e os eletrodomésticos.

Chamamos a atenção de noções de ergonomia e antropometria e da importância, desse conhecimento para os/as consumidores/as no ato da compra, quanto sua relação com os espaços construídos da sua futura moradia, seja elas casas ou apartamentos no cotidiano.

#### *4.3 A Ocupação do Espaço Construído: Antropometria e Ergonomia*

Estudos mostram que os programas habitacionais populares que encontramos hoje, no Brasil, tem em média uma área entre 38 a 40 metros quadrados. Neste contexto, as famílias se deparam com grande redução nas dimensões dos espaços de casas e de apartamentos. Por outro lado, nos últimos anos existe todo um incentivo ao consumo através de programas da política de assistência e transferência de renda, e inclusive, no programa de habitação social Minha Casa Minha Vida -PMCMV, a aquisição do "Cartão de Crédito Minha Casa Melhor" dando ao participante a opção de realizar compras de bens móveis e eletrodomésticos para mobiliar a casa e/ou apartamento tão sonhados. Diante disso, essas famílias se deparam com essa realidade: o incentivo ao consumo versus a aquisição de mobiliário e a dificuldade em arranjar esses bens no imóvel quando da ocupação dos espaços, ou no processo de pós-ocupação.

Aqui faço algumas considerações pertinentes sobre a falta de conhecimentos e de compreensão visual no dimensionamento dos móveis e eletrodomésticos; enfim, do mobiliário, e demais artefatos domésticos, e da própria casa e/ou apartamento, observado durante a visita e presença em *loco* das habitações.

Como resultado da pesquisa em *loco*, alguns entraves foram encontrados durante o processo de observações e nos relatos, referentes ao uso do espaço e na

distribuição do mobiliário. As soluções de arranjos adotados a respeito do congestionamento nos ambientes e desconforto aos/às moradores/es.

O consumo e/ou aquisição dos itens/bens de mobiliário e eletrodomésticos, e seu uso no ambiente da casa que lhes foi destinado: terraço, sala, cozinha, área de serviço, quartos e banheiros para casas - habitação horizontal; e sala, cozinha e área de serviço, quartos e banheiros para apartamentos - habitação vertical, merecem certa atenção. O sentido da adequação de tais objetos aos espaços disponíveis nessas habitações escapa aos consumidores no momento da compra e do despertar do desejo por um bem de ambientação. Nesse momento as questões ergonômicas<sup>21</sup> e antropométricas não aparecem entre as preocupações desses moradores/as sejam homens ou mulheres.

No momento da concepção do Projeto Arquitetônico, quem o elabora percebe e adéqua durante seus estudos o mobiliário que o compõe, sendo esta análise feita a partir dos conceitos da Ergonomia. Porém os (as) usuários(as) nem sempre detêm esses conhecimentos, ou melhor, geralmente não tem.

A Análise Pós-Ocupação- APO é uma metodologia específica para identificar a opinião do usuário em situações diversas, tratando-se de um método interativo, onde as técnicas para levantamento e análise de dados necessitam não apenas do envolvimento de técnicos avaliadores e de projetistas, mas também da participação dos/das usuários/as (VILLAROUCO, 2007).

No entanto não foi possível realizar esta metodologia que estava prevista, devido ao problema ocorrido no conjunto habitacional em estudo (óbito), relatado anteriormente.

Na ergonomia do ambiente construído, os estudos se concentram na relação entre o usuário e o espaço, reunindo estudos ligados às disciplinas relacionadas ao ser humano e ao ambiente físico. As pesquisas dessa vertente da ergonomia incorporam desde a antropologia, antropometria, sociologia e psicologia, como também a arquitetura, engenharia e design (MARTINS et al., 2006).

---

<sup>21</sup> Ergonomia é uma área da ciência econômica que aborda tópicos relacionados com o contexto moderno de trabalho, bem como dos espaços a serem ocupados que os bens e objetos a serem usados nesses espaços. É também uma área que aborda tópicos relacionados com o contexto moderno de trabalho, sobretudo na economia industrial. Dois temas cruciais no âmbito da ergonomia são a **segurança no trabalho** e a **prevenção dos acidentes laborais**, e por isso a ergonomia sugere a criação de locais adequados e de apoios ao trabalho, cria métodos laborais e sistemas de retribuição, de acordo com o rendimento (valorização, estudo do trabalho). (IIDA, 2010).



Ainda enfatizando esta multidisciplinaridade Villarouco (2007) cita que a ergonomia do ambiente construído vai além das questões arquitetônicas, pois tem como foco a adaptabilidade e conformidade do espaço às tarefas e atividades que neles irão se desenvolver. A autora complementa, chamando a atenção para a importância da percepção que o usuário tem para com o ambiente e seus sentimentos, evidenciando a importância das questões cognitivas.

Aliados a esses pontos aqui apresentados, chamamos a atenção sobre as questões que se sucedem antes e no ato da aquisição de um bem: seu significado, status, pertencimento e prazer das famílias em momento tão importante de suas vidas: a aquisição do grande "*Sonho da casa própria*".

Foi possível perceber durante as entrevistas e nas seções do grupo focal, através das falas, as condições de satisfação dos(as) moradores(as) no que diz respeito à nova habitação, mas também no que se refere ao não atendimento das necessidades de espacialidade, habitabilidade e organização de seus espaços na moradia.

Outra observação é que o mobiliário adquirido pelas famílias muitas vezes tem dimensões maiores, dificultando sua disposição nos espaços. Desse modo, a pós-ocupação se torna cada vez mais distante do previsto em projeto, pois o usuário da habitação social tem hoje condições de investir em móveis e eletrodomésticos que atendem suas reais necessidades e os projetos de arquitetura em geral não acompanham essa evolução. Através da pesquisa bibliográfica foi possível identificar algumas medidas mínimas apontadas pelo estudo da Ergonomia e sua relação com a ocupação dos espaços pelo mobiliário. Portanto as observações durante as visitas aos conjuntos habitacionais, foi possível ver e registrar a real ocupação da casa.

O propósito da pesquisa não foi avaliarmos ergonomicamente uma planta baixa, pois para tal seria necessário inicialmente de um maior rigor dimensional; mas aqui faço referências a autores que ajudaram a direcionar nossos resultados sobre como as famílias ocuparam o espaço da sua casa, como, por exemplo, Gurgel(2007). Segundo a autora a ergonomia "estabelece medidas mínimas para que as pessoas possam desempenhar suas tarefas sem comprometer o espaço ao seu redor e movimentar-se sem obstrução: abaixar, sentar no chão, abrir gavetas+ (p. 130). É fato que a Ergonomia se relaciona também com as *alturas*

(*ocupação do espaço aéreo*) necessárias para que o ser humano desenvolva certas tarefas: lavar roupas e louças, alcançar um produto numa prateleira alta, posicionar a televisão na altura da linha de visão, ter mesa e cadeira na altura adequada para sentar-se, são exemplos (GURGEL, 2007, p. 131).

O nosso propósito é contribuir não apenas para profissionais que trabalham diretamente com habitação popular, mas também para aqueles que buscam se apropriar de maneira satisfatória do espaço construído, respeitando as necessidades básicas e o conforto do ser humano, sem desperdício de área ou espaços ociosos e lançando mão de um item importante: o mobiliário e sua relação com a casa. Segundo (SZÜCS *et al* 2007), com a concepção da ergonomia enquanto forma de conhecimento, pela primeira vez começou a se pensar na importância da funcionalidade e na preocupação com a valorização dos equipamentos e mobiliário internos da casa, associando funcionalidade e conforto, ou seja, o aspecto qualitativo da moradia.

Diante dessas observações pode-se afirmar que o dimensionamento do ambiente passa, por assim dizer, pelo mobiliário, já que é na relação deste com o ambiente construído que vemos o bom uso do espaço. Observa-se que a diminuição das áreas internas das habitações populares de interesse social, transformando-as em espaços cada vez mais exíguos, como SZÜCS *et al.* (2007) ressaltam, originou-se na necessidade de se estabelecer o mínimo em termos de custos, no momento das decisões de projeto para habitação de interesse social do Programa do Governo Federal *Minha Casa Minha Vida*, através da observação da espacialidade dessas habitações, foi possível perceber esse aspecto importante.

Como exemplo do que tratamos de explicar nos parágrafos anteriores, um caso relativo aos dados antropométricos e ergonômicos resultado desta pesquisa trata da compra de um sofá escolhido pela *Lili*, a dona de um dos apartamentos observados, para mobiliar a sala. Sofá este que precisaria de um espaço muito maior do que a área real disponível. Além do sofá comprado ser mais comprido, do que o móvel considerado no *layout* original e mais profunda a sala no desenho, a disposição do sofá na sala obstrui a passagem logo na entrada da casa. O sofá de 03 lugares fica com um dos assentos comprometido pois está muito próximo ao *rack* da televisão, não podendo assim ser ocupado confortavelmente por alguém

(Lili). Seu tamanho e a disposição do mesmo (em diagonal em relação a parede), inviabilizou o uso de parte do espaço que fica por trás do próprio sofá.

Um outro exemplo é o guarda-roupas escolhido para mobiliar o quarto de um dos casais do condomínio do Paulista. O guarda-roupa ficou com a abertura das suas portas comprometida, pois o espaço único entre este e a cama não possibilita outra opção de arranjo no espaço (Zezinho). Na planta baixa do projeto arquitetônico do Habitacional do Paulista, o guarda-roupa dos quartos tem as portas corrediças (Figura 15), o que não corresponde ao caso da família de Zezinho, cujo guarda-roupas do casal tem as portas de giro (Foto 10).

**Figura 15:** Planta Baixa Casa com 39,57m<sup>2</sup>



Fonte: site da Caixa Econômica Federal - 2016

**Foto 10:** Dificuldade para abrir as portas do guarda-roupas



Fonte: Maria de Fátima Santiago

Foi possível perceber que, no ato da escolha, um guarda-roupas com as portas do tipo corrediças, seria melhor, mas os aspetos simbólicos do bem afetaram a compra, já que o seu desejo era um guarda-roupas bonito e chique, o que foi interpretado no modelo escolhido. Neste sentido,

A atividade humana exige um determinado ambiente físico para sua realização. Portanto, se considerarmos tanto a variedade de atividades quanto a diversidade humana . sexo, idade, estatura, por exemplo . podemos entender que as características do ambiente podem dificultar ou facilitar a realização das atividades. Dada a importância dos aspectos ambientais . como a concepção espacial, o layout dos equipamentos e o conforto ambiental torna-se um grande desafio projetar ambientes que correspondam às necessidades dos usuários de habitações do padrão popular pesquisado e permitam a realização de atividades de forma eficaz. Projetos inadequados exigem maior esforço na realização de tarefas, podendo ocorrer insatisfação e impactos na saúde do usuário por exemplo, (doenças laborais), o que compromete o desempenho e a segurança" (BINS ELY, 2004)

A realidade para muitas famílias de baixa renda hoje já não é mais aquele aparelho de televisão robusto, que precisava de uma estante mais robusta ainda para apará-lo. Graças aos financiamentos facilitados pelo mercado, é possível a uma família que pertença à classe menos favorecida, adquirir telas de LCD ou plasma, que eliminam automaticamente a necessidade de uma estante ou rack da sala de estar, já que podem ser afixadas na parede, descartando assim um elemento que poderia ser um empecilho no aproveitamento dos espaços. Entretanto, surge um outro problema, já que encontramos o uso desse eletrodoméstico (TV) em

distância não apropriada, o que vem a prejudicar a visão dos que assistem. Os autores Pronk (2003), Pereira et al. (2002) e Gurgel (2002; 2007), discutem o dimensionamento do mobiliário e sua relação com o ambiente onde estão inseridos, conhecimento o qual destacamos aqui a sua importância.

Por sua veza publicidade e a propaganda atualmente apresentam as facilidades de crédito oferecidas pelas grandes lojas, através dos quais é possível mobiliar toda a casa em infundáveis parcelas. Essas mesmas publicidades são responsáveis, em parte, por induzir o consumidor a comprar peças que nem sempre são adequadas às possibilidades dimensionais de suas habitações.

#### 4.4. Perfil Socioeconômico das Famílias

O perfil socioeconômico de famílias moradoras dos conjuntos habitacionais estão compostas na sua maioria, por casais jovens com filhos/as apresentando o seguinte perfil conforme os Quadros 6 e 7, a seguir:

**Quadro 6:** Perfil socioeconômico de moradores/as do Conjunto Habitacional do RPA2, Recife/PE

Nome	Estado Civil	Idade	Sexo	Filhos/as	Nº Moradores/as na apto	Renda Familiar R\$	Profissão
Zizinha	Casada	33	F	3	5	720,00	Manicure
Lia	Casada	28	F	2	4	788,00	Auxiliar de Cozinha
Val	Casada	31	F	3	5	430,00	Pipoqueira
Lito	Casado	43	M	2	4	788,00	Servente
Nalva	Casada	56	F	1	3	680,00	Barbeiro
Didi	Casada	35	F	1	3	1.576,00	Autônoma
Bia	Casada	54	M	2	4	1.300,00	Auxiliar de Pedreiro
Fafá	Casada	37	F	3	5	640,00	Faxineira
Flor	Casada	60	F	3	3	640,00	Aposentada
Bebeta	Casada	40	F	4	6	600,00	Fiteiro
Dora	Casada	57	F	3	5	1.000,00	Feirante
Chico	Casado	35	M	3	5	590,00	Borracheiro
Joca	Casado	40	M	2	3	590,00	Carroceiro
Eli	Casada	29	F	2	4	610,00	Ambulante
Alva	Casada	45	F	2	4	750,00	Salgadeira

Fonte: Elaborado pela autora

**Quadro 7:** Perfil socioeconômico de moradores/as do Conjunto Habitacional do Paulista, Paulista/PE

Nome	Estado Civil	Idade	Sexo	Filhos/as	Nº Moradores/as na casa	Renda Familiar R\$	Profissão
Lili	Casada	30	F	02	04	2.000,00	Comerciante
Beta	Casada	40	F	02	04	2.600,00	Autônomo
Juju	Casada	35	F	01	03	3.500,00	Comerciante
Zezinho	Casado	41	M	00	02	5.000,00	Funcionário Público
Zezé	Casada	30	F	02	04	2.700,00	Comerciante
Biu	Casado	39	M	02	04	2.000,00	Comerciante
Lia	Casada	36	F	02	04	2.500,00	Funcionário
Deda	Casada	36	F	01	04	1.750,00	Costureira

Fonte: Elaborado pela autora

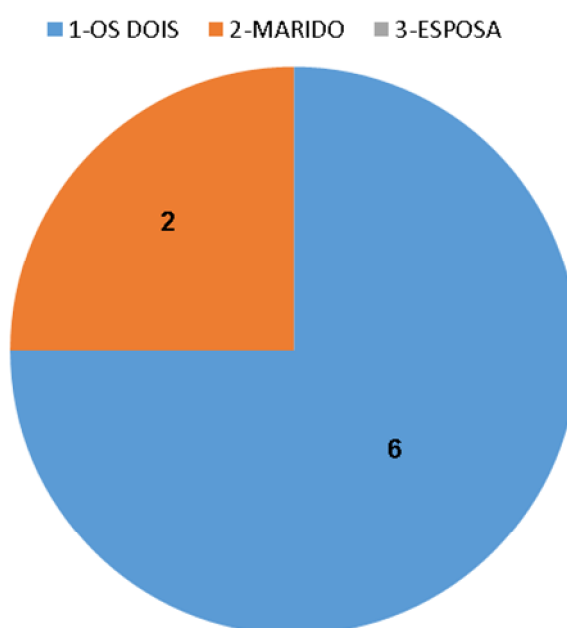
## **CAPITULO V:**

*Práticas de Consumo e o Discurso de Moradoras(es) do Programa Minha Casa Minha Vida*

### 5.1 O Sonho da casa própria: uma análise do sonho de consumo de algumas famílias do Conjunto Habitacional do Paulista

No que os dados coletados no Grupo Focal, através dos gráficos foi possível observar que a compra da habitação, na sua maioria foi com a renda do casal. A seguir, os dados obtidos com as respostas fornecidas pelos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional do Paulista.

**Gráfico 1:** Quem comprou a casa?



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme gráfico 1, verificou-se que no Conjunto Habitacional do Paulista, a compra da casa foi feita em sua maioria pelo casal. E o financiamento do imóvel feito em 25 anos por todas/os as/os entrevistadas/os, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto em um objeto teórico. Foi um dos desafios nesta primeira caminhada visando aproximarmos a análise do Discurso, pois esse é o ponto de partida para compreender como um objeto simbólico produz sentidos em ir e vir constantes. Não visa a demonstrações, mas mostra como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos, como diria Eni Orlandi (1998).



Ao tratar com as(os) moradoras(es)do condomínio durante as entrevistas sobre *o sonho da casa própria*, Cris, uma jovem mãe e esposa assim se expressou:

Antes de comprar o imóvel víamos tudo perfeito, achamos tudo lindo, é a casa dos sonhos. Pensamos é essa, temos que ficar com ela. Só a decepção foi grande, logo quando nos mudamos. No dia seguinte, para ser mais clara, caiu uma chuva forte e então a parede da minha sala e do lavabo minava água e formava uma poça na minha sala. Entrei em desespero!!! Toda a mudança lá, uma bagunça danada, molhando tudo. Foi traumático. Foi do sonho ao pesadelo (Cris)

Zeinho também refere-se à casa, como um sonho da casa própria:

Sáímos do aluguel, nosso sonho que era lindo! Mais em pouco tempo se tornou um pesadelo, uma agonia: Sai do aluguel feliz, mais quando vai morar uma tristeza; Na primeira chuva, a água numa parede parecia uma cachoeira, encheu de água na sala e na cozinha, perdi um armário, água dentro de casa, alagamento na rua, e no entorno da casa. Ficamos inclusive sem poder sair de casa. Meu MURO ia desabar, tive que chamar um pedreiro e fazer as amarrações do muro.

Beta comenta sobre o *sonho*:

(....) quando vim morar aqui começaram os pesadelos, a tristeza dos problemas que apareceram; compramos a casa na PLANTA, meu marido acompanhou a obra, e mesmo assim tivemos problemas;

Desprende-se das falas expostas que o *sonho da casa própria* não se configura no idealizado para estas famílias da nova classe trabalhadora, como a chama Marilena Chaui (2013). Esse mesmo *sonho* transforma-se num outro cotidiano marcado por *pesadelos, trauma, agonia*, frustração. Mesmo assim, não se nomeiam responsáveis: corretores? Bancos financeiros? a política estatal?

As moradias do Conjunto Habitacional do Paulista apresentavam problemas estruturais, pisos cedendo, paredes com rachaduras, esquadrias de janelas e portas com dificuldades de abrir, como também com relação à qualidade dos materiais utilizados na construção, como os revestimentos cerâmicos de má qualidade.

Referir-se à casa é referir-se quase sempre as marcas desses pesadelos vivenciados com alguma frequência desde que as famílias se instalaram na nova moradia.

## 5.2 O sonho de consumo e as relações de convivência de famílias do RPA2

A figura 16 registra a felicidade no semblante das crianças ao receber a nova moradia, assim como a moradora guarda a foto de recordação (Figura 17), no momento do recebimento das chaves da sonhada casa própria.

**Figura 16:** Entrada - Acesso à escadaria do Conjunto Habitacional RPA2. A felicidade expressa nos rostos das crianças



Fonte: Prefeitura do Recife

**Figura 17:** Entrega das chaves a uma moradora. (Conjunto Habitacional RPA2)



Fonte: Prefeitura do Recife

Destacamos na vida cotidiana das famílias do Conjunto Habitacional da RPA2, relações de conflito de ordens diversas, tais como: roupas furtadas dos varais; energia furtada (gambiarras elétricas); carros arranhados; criação de animais;

comércio dentro do conjunto; tráfico de drogas.No discurso da trajetória para nova moradia, percebemos uma grande felicidade com a casa própria, pois saíram de áreas de alagamento em períodos chuvosos, em palafitas sem nenhuma segurança. Porém, percebemos que, então, os (as) moradores (as) passam a enfrentar muitos problemas.

Observamos também, tanto no Paulista, quanto na RPA2, o desconhecimento com relação à ergonomia e antropometria, o que vem a comprometer a ambientação dos espaços construídos, a dificuldade da circulação entre os cômodos e o desempenho das atividades domésticas.Nas observações e falas percebe-se o *sonho*, o desejo pelo objeto, mesmo não comportando no espaço construído disponível da sala.

O depoimento de Lili exemplifica bem essa observação:

Gostei do sofá, da cor, do tamanho, eu sonhava em ter ele... e comprei...(Lili, 35 anos).

Consideramos que os problemas aqui são de 3 ordens:

1. Problemas do produto relacionados à concepção do projeto enquanto peça arquitetônica, e qualidade na execução (rachaduras, falta de prumo, etc.);
2. Problemas relativos ao desconhecimento da ergonomia na aquisição de mobiliário e equipamentos na ambientação do espaço, visto que a área já se mostra precária, considerando-se o tamanho das famílias, assim como quais funções são essenciais e adequadas para o que cada cômodo deveria acomodar;
3. Problemas de ordem de convivência entre moradores (as), provavelmente pela carência de educação cidadã, relacionada aos direitos e deveres dos que residem em comunidade, sendo necessário que além de estabelecidas normas e regras para o bem viver, parece ser preciso praticá-las.

### *5.3 Análise da Ocupação do Espaço, a Antropometria e a Ergonomia*

A seguir apresentaremos uma sequência de imagens de apartamentos do Conjunto Habitacional da RPA2.As mesmas são parte do discurso não falado de membros integrantes das famílias. As imagens mostram um quarto de solteiro, com pouco espaço (Foto 11), com duas camas, onde a opção melhor para este seria uma cama tipo beliche. A cozinha e área de serviço não possuem delimitação (Foto 15), o

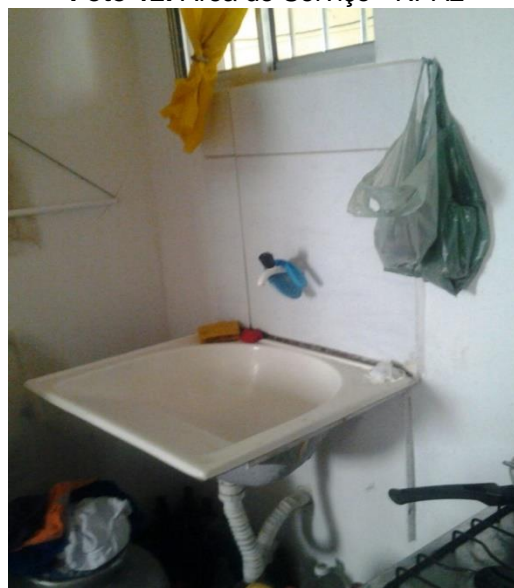
que dificulta a ambientação e o uso do espaço. O banheiro tem seu espaço comprometido, principalmente para pessoas idosas, obesas e com dificuldade de locomoção, além de apresentar espaço mínimo entre a pia, o vaso sanitário e o box (Foto 13), e podemos observar na Figura 18 o apartamento antes da ocupação.

**Foto 11:**Quarto - RPA2



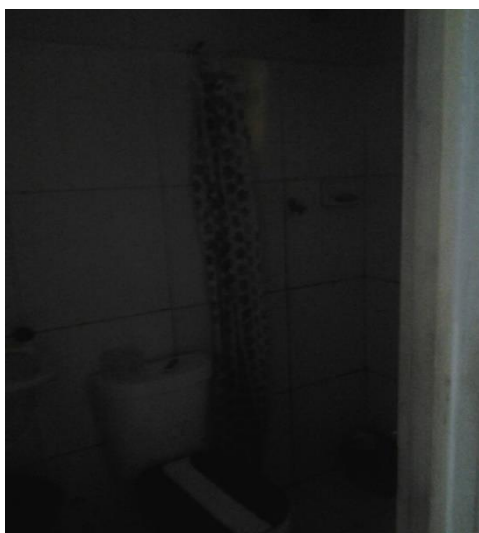
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2016

**Foto 12:** Área de Serviço - RPA2



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2016

**Foto 13:** Banheiro RPA2



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2016

**Figura 18:** Apartamento do Conjunto Habitacional da RPA2, antes da ocupação



Fonte: Prefeitura do Recife

As imagens registram outros âmbitos do *sonho* sonhado, mas, ainda em parte realizado, não pagamento de aluguel, conforme algumas falas apresentadas a seguir:

O morador ao falar sobre os espaços da casa, Conjunto Habitacional do Paulista, referindo-se à complexa relação espaço-ambientação-ergometria e antropometria: na problematização do espaço habitacional.

Com a primeira chuva, logo depois da chegada à casa do conjunto habitacional, perdemos os móveis da cozinha, *pois é pequeno o espaço e* teve que **fazer adaptações** chamando o marceneiro. Resultado de todo esse imprevisto do *Sonho*, foram as dores de coluna que começaram a aparecer **problemas de coluna e nas pernas** pois os espaços da cozinha exigem que **ou eu abro a geladeira ou a porta da cozinha**. Mais ainda, os **móveis de nosso quarto** não puderam compor o quarto do casal, **ficou a cama de casal num e o guarda-roupas no outro quarto** (Zezinho).

**Foto 14:** Abertura da porta ficou comprometida pois incidiu sobre o único local disponível para se colocar a geladeira.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

#### *5.4 Análise das Problemáticas do Conjunto Habitacional horizontal e vertical (casas e apartamentos)*

**Estrutura** - infiltrações, rede elétrica (pontos insuficientes e limite na capacidade de uso, amperagem inadequada para o conjunto, causando muitas vezes queda de energia), rachaduras e fissuras, desnível no piso, box de banheiro, falta de ralos

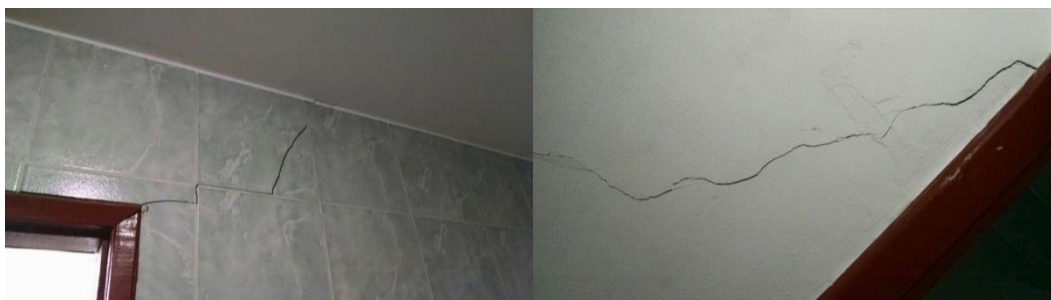
para drenagem da água, caixa de gordura e esgoto (uma só para ambas as funções), rachaduras nas cisternas, vazamento da caixa d'água (impermeabilização); parede do muro sem amarrações e base de sustentação frágil, reboco externo da parede da sala inadequado ou inexistente.

**Acabamento** - revestimento (piso - cerâmicas riscada e de má qualidade, reboco, esquadrias empenadas, portas de janelas, vidraçaria (trincada), rejunte das cerâmicas inadequados, material hidráulico, torneiras de má qualidade (plástico área de serviço e oxidadas no banheiro, lavabo e cozinha), imóveis entregues sem interruptores, tomadas e bocais das luminárias; Pias de má qualidade na área de serviço (PVC).

**Espaço construído e suas dimensões** - quartos, cozinhas, área de serviço e terraço, com dimensões mínimas; poucas alternativas para a disposição dos móveis e eletrodomésticos na ambientação do espaço.

Apresentamos abaixo o Conjunto Habitacional do Paulista, habitações horizontais (casas) as quais se observou, através das falas, registradas na dinâmica do Grupo Focal realizado com as(os) moradores (as), como também nas imagens das fotos, que apesar dos problemas estruturais nas edificações, com a presença de rachaduras nas paredes, os moradores relatam também a má qualidade dos materiais utilizados na obra das habitações, e o descontentamento com o Condomínio por causa desses acontecimentos que ocasionaram prejuízos financeiros, tendo que fazer reparos com frequência.

**Foto 15:** Rachaduras nas paredes



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Esses fatos nos revelam a falta de responsabilidade das construtoras e da fiscalização das obras por parte do Estado seja governo Federal, Estadual e Municipal, das instituições e representantes que, na verificação dos pareceres emitidos, parecer técnico sobre o "*Habite-se*", a avaliação do imóvel para entrega aos proprietários, que não apontaram ou denunciaram as citadas falhas (Fotos 16, 17, 18, 19 20).

**Foto 16:** Parte do reboco do teto cedeu (Lajes expostas)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

**Foto 17:** Infiltrações pela laje no teto



Fonte: Arquivo pessoal da autora

**Foto 18:** Entorno das casas no período de chuvas - alagados / doenças



Fonte: Arquivo pessoal da autora

**Foto 19:** Frente da Casa / ampliação terraço - reformada



Fonte: Arquivo pessoal da autora



**Foto 20:** Fachada Lateral LESTE Conjunto

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os estudos revelaram que os espaços construídos das habitações de interesse social vêm atendendo em parte as demandas de famílias que se encontravam em áreas de risco. Entretanto, sua ocupação e uso dos mobiliários e eletrodomésticos ficam comprometidos, pois muitas dessas famílias não compraram novos móveis, adaptando os que já possuíam, e/ou compraram novos móveis cujas dimensões os ambientes não comportavam, por falta, supomos, da compreensão do espaço construído, que vem a ser antropometria e ergonomia.

Foi possível perceber o desconhecimento do que seria seus direitos enquanto consumidores (as), mediante o financiamento ou não. Eles (as) compraram bens que não lhes atendem às necessidades (casas e apartamentos). Há que se considerar a falta de preparo para avaliar a adequação dos produtos que estão comprando.

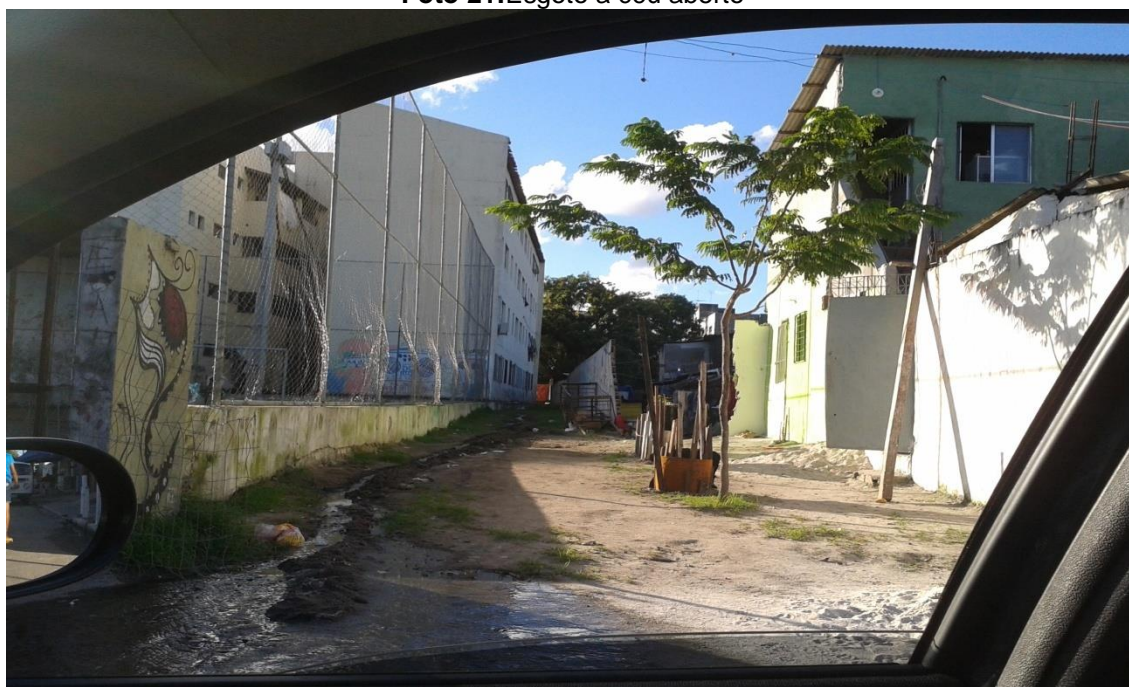
A respeito do Conjunto Habitacional RPA2, as fotografias também traduzem um discurso não falado em imagens, que também as tornam indicativas da problemática habitacional nas grandes cidades brasileiras.

Os condomínios verticais dos habitacionais sociais não são mais caixões, e diferentemente dos condomínios horizontais . casas . parecem ter sido construídos com um cuidado maior. Quem sabe, por exigirem cálculos mais apurados para

suportarem as dimensões e altura dos blocos em que são estruturados, diferentemente das casas, construídas ao nível do chão.

Ainda mais, as famílias moradoras no habitacional RPA2, nas conversas, visitas e levantamento direto, não mencionaram em suas falas críticas sobre problemas com os materiais de construção desses apartamentos. O que não nega problemas de infraestrutura observados quando das visitas ao Habitacional RPA2, como pode se observar em relação ao prédio e entorno do mesmo (Fotos 21 e 22).

**Foto 21:**Esgoto a céu aberto



Fonte: Arquivo pessoal da autora

**Foto 22:** Falta de cuidado com o entorno do Habitacional/ lixo. Carece de um trabalho social



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Com o passar dos dois anos de convívio no Conjunto Habitacional RPA2, bem como através das imagens registradas, podemos observar a falta de cuidados dos moradores, não só nos espaços internos dos blocos desde as escadarias, até o espaço do pátio, como no entorno dos 20 blocos de apartamentos, no qual convivem 320 famílias.

Foi possível perceber durante as visitas ao conjunto habitacional, os vários problemas sociais no interior do Condomínio no cotidiano dessas famílias. Depois de termos convivido com as famílias pesquisadas, tivemos a certeza de que apenas um manual explicativo com regras e normas de moradia, não seria nunca suficiente para organizar os moradores (as) e solucionar problemas em relação à convivência. Existe a necessidade urgente de um trabalho social e seguimentos de representantes dos Programas de Políticas Públicas de Habitação Sociais, em particular do Programa Minha Casa Minha Vida, no local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As questões apresentadas nesta dissertação, resultado da pesquisa que a embasa, nos revelam que a Política Nacional Habitacional de Interesse Social tem atendido, em parte, a grande demanda que se propõe. No entanto, na Região Metropolitana do Recife, apesar de ter sido implementada com grandes limitações, conforme visto, desperta para novas e críticas reflexões que não se limitam aos espaços construídos em si mesmo nem ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, da Política Nacional de Habitação Social vigente.

Diz respeito a elas, mas estão relacionados também, à política nacional e local da indústria da construção civil, materiais de construção, e à política comercial estadual e local que vende esse mesmo material e o de ambientação. Sobretudo, porque consideramos que a política de habitação social está inserida nos processos industriais e comerciais de grande lucratividade para o capital industrial, comercial e financeiro, a exemplo do cartão de Minha Casa Melhor, um cartão de crédito, mesmo sendo destinadas às famílias beneficiadas das camadas mais pobres ou pauperizadas da nova classe trabalhadora.

Igualmente, a dissertação, mediante sua pesquisa de base, traz contribuições para a necessidade das famílias beneficiárias com a casa própria, acompanhar o processo de produção da realização do seu *sonho* da casa própria, o que a maioria das famílias não faz, pois apenas pagam as prestações e recebem, finalmente, a casa . sem vivenciar as consequências das chuvas, por exemplo, no entorno e nas casas. Com a ressalta, também observamos suscitar medidas organizativas com as famílias beneficiadas enquanto moradoras de habitações de programas sociais.

Embora uma pesquisa exploratória, aspectos da cultura do consumo foram salientados, quando, por exemplo, da compra de determinados produtos de ambientação. Essas observações representam outras contribuições desta dissertação, reveladoras do peso da cultura de consumo que, despertando desejos que são, apenas mais tarde problematizados, quando a compra parece não ter mais solução, senão a de dar um outro uso ao bem adquirido que não propriamente o que o caracteriza (como o sofá, o guarda-roupa, etc.).

Igualmente, a dissertação salienta um aspecto crítico da política social de habitação: na medida em que sua implementação, local e regional, desvela um direito humano que embora consagrado na Constituição Nacional Brasileira de 1988 . como o direito social à moradia, o discurso falado e descrito pelas imagens

fotográficas revelam que a condição destas moradias está distante de consagrar o direito humano da moradia e de viver na sociedade capitalista contemporânea, ou seja, *o sonho sonhado da casa própria*.

As famílias que fizeram parte da pesquisa, que residem no Conjunto Habitacional da RPA2, são oriundas das proximidades do residencial. São compostas por casais, filhos/as, e em alguns casos também residem tia, sobrinho, avó. Possuem renda em torno de dois salários mínimos. Já as famílias do Conjunto Habitacional do Paulista, são oriundas de diferentes localidades, com renda entre três e quatro salários mínimos. São casais recém-casados, com um ou dois filhos/as.

Os resultados demonstram a dificuldade das famílias ocuparem os seus espaços construídos das moradias, o que reforça nossa tese da necessidade de um trabalho social junto às famílias. Não basta apenas a entrega de um "MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA O MUTUÁRIO", distribuídos durante a reunião de entrega das chaves. Carece de um trabalho social muito mais profundo, não só de orientações para o convívio cotidiano no conjunto habitacional, como também sobre as orientações para a pré-compra, a aquisição e o uso, e o aproveitamento dos espaços construídos, no que se refere a ergonomia e antropometria.

Outro aspecto importante a destacar é que este estudo chama a atenção à necessidade de realização de trabalhos mais efetivos junto às empresas construtoras, responsáveis pela edificação, tanto para os/as profissionais que elaboram e concebem o Projeto Arquitetônico, como para toda a equipe de execução.

Se faz, ainda, necessária uma sensibilização e um olhar mais cuidadoso para quem vai habitar naquele espaço, isto é, pessoas, seres humanos, que irão conviver num espaço mínimo, que com uma ampliação de apenas 15cm em certos cômodos minimizaria grande parte dos problemas de espaço e da ocupação dos mesmos.

Nem sempre as famílias junto com seus membros, tem a compreensão do dimensionamento dos móveis e eletrodomésticos, a ambientação da casa e/ou apartamento. Surgindo alguns entraves no uso do espaço e a distribuição do mobiliário, causando muitas vezes congestionamento nos ambientes e desconforto ao (á) usuário (a).

O consumo e/ou aquisição dos itens/bens mobiliário e eletrodomésticos e sua relação com o ambiente e o espaço do entorno que lhe foi destinado (terraço, sala, cozinha, área de serviço, quartos e wc) para casas - habitação horizontal, e para espaços (sala, cozinha e área de serviço, quartos e wc) para apartamentos - habitação vertical, merece certa atenção e importância no ato da compra. Atenção esta que muitas vezes não são percebidos pelo morador (a) instalado (a), nos detalhes que muitas vezes fogem aos conhecimentos destes (as).

No momento da concepção do Projeto Arquitetônico, quem o elabora percebe e adequada, durante seus estudos, o mobiliário que a compõe, sendo esta análise feita a partir dos conceitos da Ergonomia fase de pós-ocupação. Porém os usuários (as) nem sempre tem esses conhecimentos.

Aliados a esses pontos, chamo a atenção às questões que se sucedem antes e no ato da aquisição de um bem: seu significado; *status*; pertencimento; prazer, das famílias no momento tão importante de suas vidas, a grande aquisição do "Sonho da casa própria".

Outra observação é que o mobiliário adquirido pelas famílias muitas vezes tem dimensões maiores, dificultando sua disposição nos espaços. Desse modo, a pós-ocupação se torna cada vez mais distante do previsto em projeto, pois o usuário da habitação social tem hoje condições de investir em móveis e eletrodomésticos que atendem suas reais necessidades e os projetos de arquitetura em geral não acompanham essa evolução. Esses aspectos provocam problemas de saúde, a exemplo da visão (TV maior do que o espaço comporta), ou a distância entre o equipamento e o (a) usuário (a) é inadequado. Além disso, ao comprometimento de postura, e dificuldade no desenvolvimento de atividades dos/as moradores, entre essas, a própria higienização da moradia.

O consumo dos bens para ambientação dos espaços de moradias das famílias entrevistadas do Conjunto Habitacional RPA2, se dá através da compra de mobiliários e eletrodomésticos em cartão de crédito (pessoal ou de terceiros), e/ou boleto/carnê. Essas compras muitas vezes compromete o orçamento doméstico da família, acarretando um alto índice de inadimplência com relação ao pagamento da casa. O cartão Minha Casa Melhor não foi utilizado por nenhuma das famílias entrevistadas.

Com relação às questões do espaço urbano e o *habitat* de moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, constatamos construções em locais indevidos, comprometendo o meio ambiente, por se tratar de áreas de Manguezais, onde houve aterro para a edificação do conjunto habitacional. Além da agressão ao meio ambiente, há um risco estrutural na moradia e um comprometimento ao orçamentária das famílias, pelo gasto a mais com reparos ocasionados pela sedimentação do solo. Outro aspecto é que os conjuntos são edificados em áreas afastadas, muito distantes dos serviços de consumo coletivo, a exemplo da educação, saúde, transporte público e lazer.

Chamamos atenção, ainda, para a necessidade de se trabalhar com as famílias, além do uso dos espaços construídos, a educação para o consumo, no que se refere ao uso dos recursos e elaboração do orçamento doméstico. A educação para o consumo é um direito já preconizado no código de defesa do consumidor.

Daí a pensar que a explicitação dos interesses por trás dos citados projetos, sobre tudo o ~~M~~Minha Casa Melhor, não fossem primeiramente a melhoria da habitação, mas o interesse de vender ~~em~~ empréstimos+ pelo (lado dos bancos) e vender os próprios produtos (lado dos comerciantes) +

Outro ponto a realçar talvez seja que pagar o empréstimo para a compra da moradia passou a ser mais dificuldade, pois se some ao esforço de pagar pelo empréstimo para os artigos domésticos. Por falta de uma orientação, foi possível constatar que a compra se dar também pela questão simbólica, pertencimento. A orientação para o consumo, certamente evitaria a inadimplência e um melhor uso dos recursos financeiros.

As questões apresentadas nas falas e imagens resultantes da pesquisa desta dissertação nos mostram uma realidade de pressões de um mercado transfigurado nos sonhos e desejos da casa própria, incluindo nele seu mobiliário. Percebemos que cada vez menos há oferta de produtos em acordo para as dimensões das habitações sociais, sem projeções de especialistas em design, em dimensionadores dos espaços para mobiliar mais contemporaneamente as habitações . já que o mercado oferece a preços mais acessíveis para a maioria das famílias dos habitacionais sociais, os bens de ambientação da casa, para espaços e formatos anteriores, aos que se impõem hoje. Nas há projetos específicos, pois erroneamente



os fabricantes não consideram esses (as) moradores (as), essas populações, como sujeitos significativos como consumidores.

As novas construções de habitação social inspirada na nova moda de construções habitacionais de uma pequena burguesia moradora de habitações em que a arte e criatividade, ampliam os pequenos espaços de apartamentos com a marca funcional deste setor de classe social. No entanto, esta classe média tem acesso à informação e condições financeiras para ambientar contemporaneamente esses pequenos espaços para morar. No caso do Programa Minha Casa Minha Vida, seus ocupantes não detêm plena capacidade de aquisição e, sobretudo de conhecimento para o usufruir dessa nova perspectiva: morar confortavelmente em lugares de dimensões reduzidas.

Nestes programas sociais percebe-se, a partir da fala de seus/suas moradores/as a pressão publicitária de uma cultura de consumo que molda *sonhos e desejos*, independentemente se são relacionados aos bens de consumo doméstico, aos bens de consumo coletivo ou aos bens de consumo individual pessoal. São pressões, contradições e conflitos que se vivenciam, também como a Política Habitacional de Interesse Social imbricada na totalidade social das relações estabelecidas pela sociedade de consumo contemporânea.

Diante do exposto, acreditamos ter contribuído para uma reflexão problematizada sobre a política habitacional social, o Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV, vigente, em consonância as demandas específicas de famílias, que tiveram a oportunidade de acesso a moradias populares na Região Metropolitana do Recife a do Paulista.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1996.

AZEVEDO, Sérgio de. **Vinte e dois anos de política habitacional (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH**. Revista de Administração Pública, vol. 22, no 4. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, out./dez. 1988, p. 107-120.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do Consumidor**. 9ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 21º ed. Petrópolis - RJ: Vozes e UNIJUÍ, 2000.

BURGUIÈRE, Andre. et al. **Histoire de la famille: Le choc des modernités**. Paris: Armand Colin, 1986.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In SADER, Emir (Org). **Lula e Dilma, dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2013, p. 123-134.

CONFEDERAÇÃO DO NACIONAL COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO . CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Percentual de famílias com dívidas diminui em junho de 2016**. Disponível em: [http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release\\_peic\\_junho\\_2016.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_junho_2016.pdf). Acesso: 25/ abr. 2016

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3ª. Edição, n. 174, p.1-16, 1995.

CRUZ, Helga Rosana Rêgo da Silva. **Avaliação pós-ocupação e apreciação ergonômica do ambiente construído: um estudo de caso**. In: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do Consumo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura. **Questão Urbana e Habitação na Sociedade de Consumo Contemporânea**, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher-NUPEM/Departamento de Ciências Domésticas -DCD/Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE (2013 - 2015), Recife, 2013 (Projeto de Pesquisa)

ENGEL, James F. (org.) **Comportamento do Consumidor**. 8ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000. 641p.

FLICK, Uwe (2009). **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Economia Política. Rio de Janeiro: Centro Internacional de Celso Furtado, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIGLIO, Ernesto Michelangelo. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. **Política de Habitação Social e o Direito a Moradia no Brasil**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008 Universidade de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>. Acesso em: 12/06/2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da população religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. p.

215. Disponível: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)> Acesso em: 18/mar. 2016

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**; tradução de Vera Lucia Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ITIRO, Iida. **Ergonomia: Projeto e Produção**, 2ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2002

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2000

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

LEAO, Ana Paula Camboim; LORETO, Maria das Dôres Saraiva de; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa. **Classe social, consumo e endividamento: uma breve análise de suas interfaces**. In: CONINTER 3 . Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2014

LEÃO, Ana Paula Camboim. **Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidore(a)s público(a)s Técnicos-Administrativos em Educação**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/UFRPE, 2016.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. **Espaço Urbano: conflitos e subjetividade**. Rio de Janeiro, Mauad X: FAPERJ, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza, e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MASLOW, Abraham Harold. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualima-rk, 2000.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo . Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco, 1998.

MONTALVÃO, Claudia, VILLAROUÇO, Vilma. **Um novo olhar para o Projeto: a ergonomia no ambiente construído**. Teresópolis, RJ: 2AB, FAPERJ, 2011.

NAIME, Jéssica. **A Política de Habitação Social no Governo Lula: dinâmicas e perspectivas**. Seminário nacional governança urbana e desenvolvimento metropolitano. UFRN 2010. Disponível

em: [http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST3\\_Jessica\\_Naime.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST3_Jessica_Naime.pdf). Acesso em: 25/05/2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

ORLANDI, Eni, **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 9ª ed, Campinas SP: Pontes, 2010.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.) **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Editoria da versão brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PINHEIRO, Roberto Meirelles. Et al. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PORTAS, Nuno, **A Habitação Social: proposta para a metodologia da sua arquitetura** Porto: Edições FAUP, 2004, 1.ª edição.

QUEIROZ, S.; REMY, M.; PEREIRA, J.; SILVA FILHO, L. **Análise da evolução dos programas federais de transferência de renda (PBF e BPC) no Brasil e estados do Nordeste . 2004-2009**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Anais.Setembro, Caxambu (MG), 2010.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL . Ministérios das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação.  
**Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível:  
<[http://www.sedhab.df.gov.br/mapas\\_sicad/conferencias/programa\\_minha\\_casa\\_minha\\_vida.pdf](http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf)>  
Acesso: 12/06/2015.

RIBEIRO, Edaléa M. **A política de Habitação Popular no Brasil em Tempos de Globalização Neoliberal**. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luis . MA, 2007.

RICHARDSON, Roberto e colaboradores. **Pesquisa Social:métodos e técnicas**, 3ª Ed. Revista e ampliada, São Paulo: Atlas, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: AUTORES ASSOCIADOS, 2009. 128p.

SCHIFFMAN, Leon G. e KANUK L. Lazer. **Comportamento do Consumidor**. 6ª ed. Rio de Janeiro. LTC Ed. 2000.

SCIRÉ, Cláudia. **Consumo popular, fluxos globais: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. 23ª, São Paulo: Cortez, 2007.

SHIMIZU, Julio Yukio. **Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: Uma abordagem de Equilíbrio Geral Computável**. 2010. p. 89. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

TREVISAN, Luara Pacheco; FAVERO, Marcela Bortotti; PEPECE, Olga Maria Coutinho; VIEIRA, Francisco Giovanni David. Configurações e reconfigurações do espaço residencial entre os anos de 2001 e 2012. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 41-79, jan./jun. 2014

THOMAZ, P. **Classe C já tem 52% da população**. Carta Capital, 08 agosto 2011. Disponível em <<http://tebloga.wordpress.com/2011/08/08/inclusao-mais-da-metade-da-populacao-brasileira-ja-faz-parteda-classe-c/>>. Acesso em 01 abril. 2015.

# APÊNDICES

## APÊNDICE 1

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social

**Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

Convidamos o(a)Sr(a). para participar da pesquisa "a ocupação do espaço construído e as práticas de consumo das famílias moradoras do programa minha casa minha vida", que tem como objetivo identificar o consumo de bens para ambientação dos espaços das moradias de familiares vinculadas a habitação de interesse social.

A sua participação é voluntária e se dará por meio de uma metodologia chamada de "GRUPO FOCAL" onde iremos focar as práticas de consumo das famílias e a ocupação dos espaços construídos PMCMV, com utilização de recurso de gravação de áudio, os quais serão posteriormente transcrito na íntegra para a análise dos dados coletados.

A participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes e está sob a responsabilidade da pesquisadora Maria de Fátima Santiago. Contudo, se após autorizar sua participação desejar desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. É válido ressaltar que os participantes não receberão nenhuma remuneração, assim como não terão nenhuma despesa com as entrevistas.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, poderão entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos . CEP: 52171-090-Recife/PE pelo telefone (81) 3320.6534 / (81) 99770-0265.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que li e entendi este termo de consentimento, assim como concordo que todas minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tornar-me parte deste estudo

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_  
Assinatura da pesquisadora



### **Roteiro do Grupo Focal**

Focar as práticas de consumo das famílias e a ocupação dos espaços construídos PMCMV

Título da pesquisa:

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO E AS PRÁTICAS DE CONSUMO DAS FAMILIAS MORADORAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

- Apresentação do mediador da sessão e explicação do objetivo do encontro;
- Exposição dos conceitos e característica da análise sensorial e da técnica de grupo focal;
- Esclarecimento sobre a ética da pesquisa e leitura do termo de livre consentimento;
- Entrega dos materiais de identificação (crachás), de sinalização (placas vermelha e verde) e caneta;
- Identificação e apresentação dos participantes.

### **Tempo Estimado**

- Máximo 1:30 hs

**PROBLEMA DE PESQUISA:** De que modo se reflete a cultura do consumo na ocupação dos espaços construídos por famílias moradoras das habitações de interesse social na Região Metropolitana do Recife?

**OBJETIVO GERAL:** Identificar e analisar o consumo de bens para ambientação dos espaços das moradias de familiares vinculadas a habitação de interesse social.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:-** Analisar a política de habitação popular na Região Metropolitana do Recife;

- Caracterizar as famílias moradoras de habitações populares vinculadas ao programa de habitação de interesse social;
- Identificar e analisar o consumo de bens e suas implicações para ambientação das moradias populares;
- Identificar os bens de consumo adquiridos pelas famílias;
- Identificar as razões que levaram a compra dos bens.
- Identificar as questões simbólicas e significados
- Identificar se fizeram **USO do CARTÃO MINHA CASA MELHOR (Caixa Econômica)**

### **Orientações Gerais**

O mediador deverá iniciar o encontro explicando o seu objetivo para os participantes da sessão, que para o presente estudo é, **identificarmos o consumo de bens para ambientação e a maneira/ forma como ocupam os espaços de suas moradias**

informações que deverão colaborar para o desenvolvimento da dissertação de Maria de Fátima Santiago, aluna do curso de pós-graduação de Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.

Para que isso corra, todos deverão estar cientes que durante reunião eles realizarão análise sobre a antropometria e a ergonomia do ambiente construído, além de responder questionamentos apresentados pelo mediador sobre a ocupação e o uso dos espaços construídos. Além disso, o mediador irá informar que as atividades serão realizadas ao longo de 1 sessão com duração de 1h30min, conforme recomenda Dutcosky (2013); Stone; Civille (2004); Barbour (2009); Flick (2009).

É importante que os participantes saibam que se define a ergonomia e antropometria do espaço construído, como um tipo de ferramenta analítica, a qual utiliza as medidas para identificar, medir, analisar e interpretar os estímulos sensoriais emitidos por um produto (VILLAROUCO, 2013).

De acordo com os autores Dutcosky (2013); Civille; Ofteda (2012); Stone; Sidel (2004) o método e a técnica escolhida para realizar a identificação "Grupo Focal". Conforme foi apresentado no Capítulo 3 desta dissertação, a ergonomia do ambiente construído pode ser desenvolvidas utilizando os métodos **discriminativos**, usados para verificar a diferença entre as medidas dos móveis e eletrodomésticos; **descritivos**, empregados com propósito de medir com uma trena, os objetos; utilizado para verificar o real espaço construído e as reais medidas dos móveis que os moradores pretende comprar com base na opinião dos consumidores; além da possibilidade da **integração desse métodos** para atender objetivos propostos.

Essa ferramenta metodológica dispõe de uma variedade de técnicas que, podem ser aplicadas com estratégia para ter a certeza do espaço real do ambiente.

Entre as técnicas existentes escolhemos a análise ergonômica do ambiente construído pelas autoras, entre outros, foi escolhido o método objetivo e a técnica de grupo focal para a realização etapa qualitativa desta dissertação. A seleção considerou que o objetivo geral se trata de identificar o se o consumidor tem a noção, ou seja, conhecimento do espaço arquitetônico de sua moradia, em relação as características da ergonomia e antropometria do espaço construído percebidas (2012).

Sabe-se que o grupo focal é uma técnica de pesquisa adotada por diferentes áreas do conhecimento, que utiliza a conversas em grupo mais algumas dinâmicas para entender a opinião dos consumidores em relação a um determinado assunto e assim identificar problemas e/ou encontrar soluções (DUTCOSKY, 2013; BARBOUR, 2009; FLICK, 2009; STONE; SIDEL, 2004)

No grupo focal realizado para o desenvolvimento desta dissertação os participantes utilizarão a visão, e a trena ou fita métrica para verificar as medidas, para caracterizar os

tamanhos/dimensões de móveis e/ou eletrodomésticos pelo mediador e escolhidos pelos participantes. As recomendações para cada etapa serão passadas antes de cada atividade pelo mediador.

Diante disso, é possível afirmar que deverá ser utilizado a aferição de medidas para a percepção pelos consumidores, bem como identificar os significados e as necessidades atribuídos por eles a esses elementos percebidos, buscando ainda entender os sentidos/sentimentos da aquisição daquele bem. **Espera-se que os dados obtidos nessa etapa da pesquisa ajudou a estabelecer novas estratégias que aprimorem as necessidades físicas/status/ e emocionais dos consumidores, como também contribua para o desenvolvimento de conteúdos informacionais mais eficientes e eficazes para atenção, percepção e/ou compreensão do consumidor final sobre os espaços disponíveis na moradia.**

É necessário ainda que o mediador informe aos participantes que **NÃO** existe resposta certa e nem resposta errada, portanto, não existe motivo para receio de falar algo, por mais que os participantes acreditem que não há importância ou pensem que sua opinião trata-se de alguma tolice. Assim, todas as opiniões deverão ser apresentadas para o grupo e não apenas para o colega ao lado, a fim de que nenhum participante deixe de debater sobre o assunto tratado e novas perspectivas sobre o tema possam surgir e serem discutidas (BARBOUR, 2009; FLICK, 2009).

Antes de iniciar os debates e as dinâmicas, é importante que os integrantes desse grupo focal leiam termo de consentimento e, se concordarem, assinem para que a pesquisadora Maria de Fátima Santiago possa utilizar os dados colhidos durante a sessão. Lembrando que, apesar das sessões serem gravadas, todo o conteúdo discutido e produzido é de cunho estritamente confidencial, para uso exclusivo acadêmico e seus nomes não serão revelados.

De acordo com David (2009), o esclarecimento sobre as questões éticas, mencionada no parágrafo anterior, é uma etapa fundamental da pesquisa social, pois deixa claro aos participantes a responsabilidade de quem realiza a pesquisa com relação às pessoas estudadas.

A fim de facilitar a compilação e análise dos dados, após explicar o objetivo e a importância do encontro, o mediador irá orientar os participantes a se identificar para facilitar o desenvolvimento das dinâmicas e conversas em grupo. Os crachás e as canetas estarão acessíveis para os participantes, os quais preenche-los com os seus nomes. Além dos crachás e canetas, cada um deles receberá 1 placa verde e 1 placa vermelhas, para anunciar, respectivamente, o desejo de se pronunciar e a ausência dessa vontade, estratégia pensada para evitar a desordem da sessão.

O grupo focal será composto por três dinâmicas, duas na primeira sessão e uma na segunda. As quais são descritas nos itens a seguir.

### 1. **Dinâmica 1**: Integração do grupo por meio de

#### **Conteúdo**

- Explicação da dinâmica;
- Entrega do material para dinâmica, ou seja, caneta e ficha;
- Apresentação das imagens e respostas aos questionamentos do mediador;
- Discussão em grupo;

- **Tempo Estimado**

15 min.

#### **Objetivo da dinâmica 1**

A dinâmica deverá observar se os consumidores conseguem perceber a importância da ergonomia e da antropometria, no uso dos espaços construídos observados. Além disso, ela também será um exercício interativo para aproximar, preparar e estimular os participantes para desempenhas as próximas atividades da sessão, conforme sugere.

#### **Orientações Gerais**

Inicialmente, o mediador explicará que na dinâmica 1 serão apresentadas 8 imagens, ao mesmo tempo para todos os participantes da sessão, em seguida, essas pessoas deverão responder as seguintes questões:

- a) Como está a ocupação do espaço?
- b) Se a resposta for certa, quais são as percepções?

As respostas deverão ser registras em fichas entregues aos participantes após a explicação da dinâmica (Ver Apêndice 1).

Será apresentada 1 imagem de cada vez e os participantes terão até 15 segundos, após a apresentação de cada imagem, para responder as duas perguntas. As imagens utilizadas podem ser encontradas no Anexo 1.

Para concluir, os convidados serão chamados a ler uma de suas respostas para os participantes, enquanto que os demais deverão apresentar suas considerações a respeito do posicionamento do colega. Assim, o mediador deverá perguntar aos demais se:

- a) Concorda com o posicionamento do colega? Por quê?
- b) Se a opinião sobre a imagem mudou após o posicionamento do colega? Por quê?

É válido ressaltar que a escolha da imagem e a ordem das leituras será estabelecida por sorteio durante a realização da sessão.

### **Dinâmica 2:**

Análise Ergonômica e Antropométrica sem a orientação sobre o conteúdo ocupação do ambiente construído.

#### **Conteúdo**

- Apresentação da dinâmica e do protocolo de análise ergonômica;
- Entrega do material para dinâmica, composto por uma trena.  
Par de imagens codificadas, fichas e caneta;
- Análise das imagens e resposta aos questionários;
- Discussão em grupo sobre as imagens analisadas.

#### **Tempo estimado**

- Orientação, análise das imagens e respostas ao questionário: 8 min.
- Discussão em grupo sobre as imagens analisadas: 20 min
- **Tempo total:** 28 min.

#### **Objetivo da dinâmica 2**

O objetivo dessa dinâmica 2 é permitir que os participantes apresentem livremente considerações sobre a diferença das imagens e ainda a respeito do que esses aspectos significam para eles, independentemente da informação sobre a presença do conteúdo sobre ergonomia.

#### **Orientações Gerais**

A análise da ergonomia do ambiente construído de algumas imagens visando identificar quais características são percebidas pelos consumidores e quais significados são conferidos a eles será a primeira atividade da dinâmica 2.

O mediador, inicialmente, informará que apenas para análise visual os participantes devem seguir um protocolo que será entregue junto ao par de imagens (Ver Tabela 1). Visado não haver dúvidas sobre tal recomendação, o mediador também discutirá com os participantes a respeito desse procedimento ressaltando a importância de segui-lo.

